

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

***MULHERES CONTRA O MACHISMO, MULHERES
CONTRA O CAPITAL:
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER DO MST NOS
JORNAIS SEM TERRA DE 2014***

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Raíssa Costa Córdova

**Santa Maria, RS, Brasil.
2015**

**MULHERES CONTRA O MACHISMO, MULHERES CONTRA
O CAPITAL: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER DO MST
NOS JORNAIS SEM TERRA**

Raíssa Costa Cordova

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Relações Públicas, do Departamento de Ciências da Comunicação do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial à obtenção do grau de Graduação em Relações Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaqueline Kegler

Co-orientador: Everton Picolotto

Santa Maria, RS, Brasil

2015
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
COMUNICAÇÃO SOCIAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a monografia de graduação**

**MULHERES CONTRA O MACHISMO, MULHERES CONTRA O
CAPITAL: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER DO MST NOS
JORNAIS SEM TERRA**

elaborada por

Raíssa Costa Cordova

como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Públicas

COMISSÃO EXAMINADORA

Jaqueline Kegler
Orientadora

Ada Cristina Machado Silveira

Nathália Drey Costa

Santa Maria, ____ de dezembro de 2015

RESUMO

Diante da violência e da invisibilidade a que as mulheres estão sujeitas em diversas esferas sociais, as demandas por novas relações de gênero são urgentes. É comum encontrarmos vestígios de antigos dogmas e estereótipos em espaços libertários que confrontam o sistema, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A mulher do MST encontra dois grandes obstáculos em sua militância: (1) o agronegócio que a coloca como trabalhadora sem-terra e que tange a questão a luta de classe e (2) os próprios companheiros, que em diferentes níveis oprimem essas mulheres dentro do movimento em função dos respingos da estrutura patriarcal. No intuito de analisar as representações sociais das mulheres do MST no jornal do próprio movimento, o Jornal Sem Terra, usamos da Análise Crítica de Discurso para entender como se constrói essas representações a partir do fazer comunicacional que acaba dialogando com todo o movimento (bases políticas, assentamentos e acampamentos) e quais as novas relações sociais que se propõem. Evidenciamos que a mulher ainda está atrelada a instituição familiar, conceito historicamente marcado pelo conservadorismo. Além disso, percebemos importância da mulher ocupar espaços midiáticos para que o debate de gênero se despolitize e que elas continuem presente nos espaços de negociações simbólicas e atuando no campo político do movimento.

Palavras-chave: Representação social, Movimento Sociais, Feminismo

ABSTRACT

Considering the violence and invisibility that affects women in different social contexts, demands for new gender relations are urgent. It is common to find traces of old dogmas and stereotypes in libertarian spaces that confront the system, such is the case of the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). The women of MST finds two great obstacles in her militancy: (1) the agribusiness that puts her as a no-land worker and that limits the whole issue as a social class conflict; and (2) her own companions, whom in different level oppress these women inside the movement regarding the patriarchal structure that still dribbles. In order to analyze social representation of MST's women in the movement's journal, called "Jornal Sem Terra", we used the Critical Discourse Analysis to understand how these representations are constructed from the communication practice that ends up dialoging with all the movement (political bases, settlements and encampment) and in which new social relations are proposed. We show evidence that women are still linked to the familiar institution, a concept historically stained by conservatism. Furthermore, we realize the importance that holds in women occupying media spaces in order to depoliticize the gender debate and that they continue to be present in the symbolic negotiations spaces and actives on the political field of the movement.

Keywords: Social Representation, Social Movement, Feminism

Lista de Figuras

Figura 1.....	37
Figura 2	47
Figura 3	56
Figura 4	60
Figura 5	64
Figura 6.....	69

Lista de Quadros

Quadro 1	21
Quadro 2	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I- MOVIMENTOS SOCIAIS: a luta pela terra e as mulheres campesinas	12
1.1- Movimentos sociais: movimento de minorias, formação do sujeito e o discurso da diferença.....	12
2.2 - Movimento do campo: A luta pela Terra e a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)	17
1.2 - Feminismo, noções de gênero e a relação com as mulheres do campo	23
1.3 - Movimentos sociais e comunicação e mudança social.....	32
CAPÍTULO II - Representações sociais e comunicação	39
2.1- A noção de representação social.....	39
2.2- Representações sociais na mídia.....	44
2.3- Representação midiática e mudança social.....	47
CAPÍTULO III - O CAMINHO METODOLÓGICO: da apropriação do método à análise dos resultados	52
3.1- O caminho metodológico percorrido	53
3.2- As mulheres do MST nos Jornais Sem Terra do Ano de 2014.....	56
Considerações finais	74
Referências bibliográficas	77

INTRODUÇÃO

No ano de 2014, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra completou 30 anos de história, juntamente com o Jornal Sem Terra. As políticas de reforma agrárias estavam lentas e as negociações com o governo se restringiam a promessas pouco esperançosas para povo Sem Terra. Num momento em que se aproximavam as disputas eleitorais e a ditadura completava 50 anos, configura-se, assim, um cenário de disputa por espaço político, por autonomia de produção com incentivos por parte do governo, pela distribuição das terras para que ela comprimisse sua função social e, além disso, em prol de uma produção agrícola sustentável e saudável.

Ao olharmos internamente ao MST, observamos a existência de mulheres que se organizam e se colocam dispostas a combater o sistema descrito acima, o qual também as oprime como trabalhadoras. Concomitantemente, as militantes do MST reivindicam o direito de existirem como mulheres nos espaços públicos e privados, direito ao corpo e direito a terra. Alcançar a emancipação delas caminha junto ao alcance de uma Reforma Agrária Popular: a terra deveria ser um direito de todos(as) e, dessa forma, que se tenha liberdade de escolher como produzir nela sem se submeter ao padrões da ordem econômica. Assim como a mulher deve ter liberdade e a possibilidade de escolher o que fazer com seu corpo, se posicionar e não se sujeitar a vários estigmas sociais da mesma ordem econômica - e também cultural - que a oprime. Ela deve ter o seu direito ao corpo e a liberdade, assim como direito a terra e a forma de produção que julgar apropriada, isso é dar possibilidade do existir social como mulher e produtora.

A comunicação nesse processo de disseminar novas formas simbólicas e construir uma nova realidade, a partir das experiências e dos discursos que ela gera, deve ser analisada como um instrumento de transformações sociais criando novas relações. Diante disso, existe a necessidade de estudos que vão além das relações de gênero no amplo sistema da sociedade patriarcal opressora. Este trabalho é uma proposta de constante autocrítica que deve ser feita pelos próprios movimentos sociais, atrelado aos cuidados com a produção de sentido de mídias institucionais. Pois quando um grupo revolucionário propõe uma nova forma de produção, uma nova forma de sociedade, como o que é sabido do MST, se pressupõe que as opressões sofridas pelos seus atores políticos no atual sistema de produção sejam combatidas.

No primeiro capítulo, trazemos um embasamento teórico dos movimentos sociais com conceitos e definições de intelectuais que já possuem uma crítica ao sistema como Touraine, Gohn, Calderón e Jerín. Neste primeiro momento trazemos a perspectiva de luta do

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Movimento Feminista e da relação deste último com as mulheres do campo, com um olhar ao passado, para entendermos o presente e propormos mudanças para o futuro. Além disso, numa perspectiva teórica, trazemos questões que tangem ao movimento social e a comunicação e como ambos dialogam de forma a trazer mudanças sociais.

No segundo capítulo, voltamos às representações sociais com conceitos e a forma de construção delas na mídia. Colocamos a importância das experiências num diálogo com o campo simbólico e com os processos comunicacionais usando autores como Moscovici, Berger e Luckmann, Jodelet, Barbalho e Simões.

No terceiro capítulo, se dá a intersecção das duas primeiras linhas teóricas traçadas para buscar entender, a partir do olhar metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) aplicada ao Jornal Sem Terra como se constrói a representação das mulheres nesse espaço midiático. Para confirmar, ou não, a teoria de que os problemas estruturados num sistema capitalista de relação de dominação respigam em espaços libertários e nos movimentos sociais de diversas formas. Os processos comunicativos, sendo o reflexo das relações desses grupos e refletindo essas relações neles, se tornam um suporte de análise bastante importante.

O Jornal Sem Terra é a plataforma de comunicação mais antiga e tradicional do movimento. Ele é distribuído para todo o Brasil como afirma o editor-chefe do jornal¹. Possui características de combate ao capital muito forte e se coloca contra a hegemonia dos meios de comunicação. Mas como aparece a presença dessas mulheres na produção e na construção da representação delas, depois das problemáticas trazidas aqui com relação ao paradoxo ideológico? É para responder essa pergunta que esse trabalho foi realizado. Para entendermos que o Jornal Sem Terra é um campo de negociação de representações e identidades que exerce influência sob o cotidiano do MST. Então surgem os questionamentos: esse cuidado com o discurso existe? Há nos discursos midiáticos desse movimento marcações de opressões de gênero? De que forma as trabalhadoras são representadas pela mídia do movimento, já que representação social é muito importante pra desconstrução de opressões e, principalmente, para o empoderamento da mulher? Visto que a representação é constituída pela linguagem, ou seja, de discursos, e a representação articulada com nossas experiências nesse universo cultural molda nossa forma de interagir com o mundo (Simões, 2010), logo, a forma com que a trabalhadora sem-terra é representada midiaticamente tange a forma com que os indivíduos dos assentamentos agem nessa questão de gênero. A mulher militante da causa agrária, se

¹ O questionário de perguntas abertas foi aplicado ao editor-chefe do Jornal Sem Terra, via e-mail, em Novembro de 2015.

representada pela mídia do movimento, é contemplada tal qual ela é realmente, ou será que essas mulheres ficam a margem da imagem do homem nessas mídias?

A fim de entender como as mídias do MST representam a mulher sendo ela um indivíduo com poder de decisão e participante das ações combativas – assim como algumas ainda se encontram presas ao trabalho doméstico-, quais as relações sociais que o movimento propõe demonstradas na representação delas pelas mídias através dos discursos para que, com base nessa análise, o próprio movimento se recicle.

Esta monografia justifica-se em um contexto de mobilização do país, também de forma institucionalizada para uma cultura de gênero com justiça social. Como exemplo disso, podemos referenciar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial ao tema prioritário VIII - CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA IGUALITÁRIAS, DEMOCRÁTICAS E NÃO DISCRIMINATÓRIAS, com o objetivo de construirmos relações igualitárias e uma cultura que afirme a diversidade como algo positivo e não como um empecilho de funcionamento, onde não existam a possibilidade de existência social de indivíduos que não correspondam a ordem social estipulada ou que não se proponham a atuar com os velhos papéis sociais que nos são dados.

Visto que tivemos evidências durante as análises de que a mulher do MST é recolocada em antigos papéis sociais estabelecidos, aglutinada a instituição familiar, e ainda, os companheiros de movimento despolitizam os debates e não articulam segundo a importância dele a partir de seus discursos midiáticos, sendo que a presença delas nos espaços comunicacionais se tornam importantes para a demarcação das reivindicações de novas relações de gênero.

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SOCIAIS: a luta pela terra e as mulheres camponesas

Com base nos conceitos e definições de Touraine, este capítulo traz estudos sobre os movimentos sociais, trazendo o “discurso histórico-político” e as adversidades de um discurso “universalista” de Barbalho com relação aos movimentos de minorias. Demonstrando a partir das teorias de Gohn a importância da visibilidade social, dos novos saberes e conhecimento que casam com a proposta dos movimentos sociais de serem inovadores, segundo o Touraine. Além disso, agrega autores que voltam seus olhos especificamente aos movimentos sociais do campo, articulados ao feminista como Warren e Fernandes, onde propõem questionamentos e análises da relação das mulheres com a terra.

1.1- Movimentos sociais: movimento de minorias, formação do sujeito e o discurso da diferença

Existe uma ordem global estabelecida que reproduz desigualdade. Em resposta a ela surgem indivíduos que se aproximam de uma identidade coletiva construída através das articulações dos movimentos sociais e buscam formas de resistir a essa ordem global, segundo Gohn (2007), só eles tem “capacidade de reorientar e reinventar o Estado e suas políticas” (GOHN, 2007, p. 64). É bastante complicado definir o que são movimentos sociais, até o início do século XX, eram considerados ações coletivas da luta de classe, porém esse conceito vai se tornando obsoleto quando se percebe o potencial transformador dos movimentos sociais, onde podem causar mudanças sociais e culturais profundas, ou seja, geram inovações sociais e novos conhecimentos (Gohn, 2010).

Segundo Touraine (1977), movimentos sociais são atores políticos em conflito com outros atores do cenário político conforme suas divergências. Ele define os movimentos sociais com três princípios: (1) *identidade* é o que faz os sujeitos dos movimentos sociais se identificam entre si, é a ideia do movimento, seus projetos de sociedade, a partir da (2) *oposição*, que é o conflito em si, esse justifica a existência do movimento pela existência de um adversário e, por fim, (3) a *totalidade*, a disputa em um campo político dos projetos de sociedade. Essa disputa é pela direção que se dará os próximos passos da sociedade e de que forma irá agir nas estruturas sociais, o que Touraine (1977) chama de *sistema de ação histórica*. Para este estudo é importante sabermos que os movimentos sociais são influências

culturais consequentes da interação entre o contexto econômico, político, cultural da sociedade que ele se manifesta e pode projetar transformações profundas. Ele é um espaço de construção de saberes que, desconstruindo antigos paradigmas, possuem a capacidade de construir novos valores e alterar uma realidade social.

O estudo de todo o contexto em que se inserem os movimentos sociais é importante para entendermos as especificidades de cada sociedade, a julgar que, cada território possui (ou deveria possuir) sua própria forma de gerir suas relações econômicas, políticas e socioculturais conforme a historicidade de cada povo. É o que Barbalho (2004) chama de “discurso histórico-político”, que anula o discurso totalizador e universal de igualdade e cidadania e, analisando a raiz histórica do problema, evidencia uma série de singularidades dos indivíduos oprimidos que demandam uma práxis diferenciada. São os movimentos que dão ênfase à diferença, afirmando a ideia de que o indivíduo deve viver a sua vida da forma que escolher sem que gere outras desigualdades (Barbalho, 2004, p. 4). Esses são os novos movimentos sociais que se caracterizam por, através do conhecimento das raízes históricas das desigualdades, deixarem “[...] transparecer uma nova geração de conflitos sociais e culturais; uma luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa” (TOURAINÉ, 2003, p. 119).

Hoje, os movimentos sociais não se resumem mais a luta de classe, ainda que acreditemos ser este o cerne das desigualdades com extremos de concentração de capital cultural e financeiro: alguns muitos, tantos com tão pouco. (Gonçalves, 2009). Ao evidenciarmos que certos indivíduos são restringidos a seus direitos devido as suas singularidades, concebe-se, dessa forma, os *movimentos das minorias*, onde Barbalho (2004) diz serem movimentos do reconhecimento da diferença, pois não é possível mais lutar por uma democracia que continue excludente e conservadora (Gohn, 2007). Esses novos movimentos são aqueles voltados às questões de gênero, etnia, sexualidade, ecológicas, novo sindicalismos.

É importante lembrar que os movimentos da América Latina se diferem muito dos movimentos sociais Europeus, pelos últimos “[...] se desenvolverem em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias” (GOHN, 1997 apud GOSS, PRUDENCIO, 2004). Os movimentos sociais da América Latina não podem ser analisados pelo mesmo viés que são analisados movimentos Europeus, visto que as demandas dos povos latinos se diferenciam dos povos europeus. Além disso, existem fortes relações oligárquicas, que levam a uma lentidão maior na organização de classe social como atores políticos com uma identidade definida, resultando num Estado plurinacionalista (Gohn, 2010) fortemente

presente e “precoce como ator social” (CALDERÓN, JERIN, 1987, p. 1). Os movimentos sociais latino-americanos possuem pautas latentes voltadas às questões indígenas, popular urbana, socioambientais e étnicas, principalmente as voltadas ao campo, onde Calderón e Jerin (1987) afirmam ter papel político fundamental na história da América Latina, pois, além da distribuição de terra, redefinem as relações entre sociedade, partidos e do Estado.

É perceptível que as demandas dos povos da América Latina estão marcadas pela história das relações desses povos com as suas terras, uma história marcada por apropriações e lutas violentas, além de um devastamento cultural latente. A situação do povo indígena, por exemplo, é uma das mais complicada dos últimos tempos, pois os conflitos culturais estão bastante tencionados e os crimes e atentados cometidos contra as tribos acontecem frequentemente sem punição. Daiara Tukano, em entrevista à *Brasil de Fato*² diz: “Nós somos as vítimas do maior genocídio da humanidade”, fazendo referência a todo processo de exploração e colonização do povo indígena. Ainda em entrevista relata que a maior ajuda que o movimento indígena está necessitando é com relação a falta de visibilidade dos seus problemas e das suas demandas.

Vivemos um momento em que as formas de atuações dos movimentos sociais ganham visibilidade com as novas tecnologias de informação (conforme sua forma de se apropriar dela), a comunicabilidade em rede tem potencial sob a construção dos sujeitos e de controle social. Essa situação nos leva a um paradoxo: que tipo de comunicadores estão sendo formados quando, na era da comunicação, do fluxo intenso de informações, a falta da visibilidade do movimento indígena, luta legítima por seu histórico direito à ocupação das terras, é um dos principais problemas a ser enfrentado? Esse fato representa a importância do processo de construção de saberes dos movimentos sociais e a disseminação desses saberes para a população, nesse sentido, estamos também falando em dar a esses povos violentados, visibilidade e segurança através da possibilidade de controle social, levando à público o conhecimento da situação (Gohn, 2011).

O importante nesse momento é compreendermos que os movimentos sociais são espaços onde acontecem diversas rupturas com o tradicional conservador. É um espaço de aprendizagem e de novos saberes que constroem suas representações simbólicas onde, através das práticas e ações do movimento, irão formar identidades. Essas identidades trazem a sujeitos que se encontram em situações comuns o sentimento de pertencimento e de acolhimento a um grupo (Gohn, 2011). Segundo Castells (2002) a construção de novas identidades está alinhada a construção de uma nova transformação social. Porém devemos

² Jornal de São Paulo. Acesso em 15 Agosto de 2015. Disponível: <http://brasiledefato.com.br/node/32920>

considerar a ordem econômica que está colocada a nós, cheia das contradições onde coloca os indivíduos em posições isoladas que os universaliza e dificulta, assim, suas articulações

A globalização e as opções econômicas que têm sido tomadas no país são forças que dificultam esses processos porque fragmentam as atrizes e os atores políticos e sociais, diluem os mecanismos de representação da cidadania e debilitam a formação de identidades coletivas. (GOHN, 2007, p. 64 e 65)

Os movimentos sociais, segundo Touraine (1977), são constituídos por atores que entram em conflito com o que está sendo imposto por um sistema no qual não os contempla, voltando seus esforços para transformar e inovar a partir de um projeto de sociedade almejado. É o processo que mencionamos anteriormente, das mudanças de saberes, da aprendizagem não formal através do contato com esses movimentos que transformam indivíduos em sujeitos através do envolvimento com o movimento social (Gohn, 2011). Esses movimentos articulam um projeto de sociedade que alteram a esfera cultural, dando aos indivíduos novas formas de relações sociais e de valores (Goss, Prudencio, 2004).

O processo de formação do sujeito é importante, pois ele é a consequência desse processo de desconstrução de antigos paradigmas para a construção de novos elementos em meio a esses conflitos políticos (Touraine, 2003), ao mesmo tempo em que eles são os que fomentam os debates e ações dos movimentos. Ou seja, sujeitos são atores sociais com consciência de si e das opressões que sofrem de uma forma muito individual e subjetiva. Externam esse processo quando participam e atuam politicamente em ações coletivas, para que ele (sujeito) seja transformação social (Castells, 2002). Então, os sujeitos são formados pelo estímulo dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que ele é ator desse mesmo movimento, depois alcança instituições e organizações e, então, chega ao campo cultural e simbólico.

Os meios de comunicação estão intrinsecamente ligados a esse processo de formação do sujeito, pois o fluxo de informação se dá pela forma com que esse movimento se comunica com seus ativistas e com a sociedade em geral, além de ser uma grande plataforma de denúncias e compartilhamento de experiências diversas que podem colaborar na desconstrução de dogmas e construção de uma identidade coletiva. Castells (2013) diz que uma nova “ação comunicativa induz a ação e mudanças coletivas” (Castells, 2013, p. 162) e ainda afirma que para os movimentos sociais se tornarem influentes na política e no governo, é necessário que sejam agenda dos atores políticos.

Os novos movimentos sociais ressignificam os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, onde igualdade é justiça social, fraternidade é traduzida como solidariedade e “a

liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania” (GOHN, 2011, p. 336). São movimentos que lutam pela inclusão e reconhecimento da diversidade cultural por acreditarem que um discurso totalizador é excludente, pois não entende a especificidade e complexidade dos indivíduos e de suas necessidades na vida social: “Aqui, a mensagem vence o discurso; estamos falando de novos movimentos sociais, [...] que agora dão sentido a estes movimentos que, objetivamente falando, reivindicam a defesa de novos direitos humanos”. (TOURAINÉ, 2009, p.184)

Por exemplo, o feminismo é um movimento social que busca justiça social para mulheres, além um sistema que as contemplem conforme as especificidades de ser mulher. O feminismo como movimento social que busca a emancipação da mulher, além de trazer a consciência do “ser mulher” e se identificar com outras mulheres, traz a solidariedade como forma de sororidade³ e, o principal deles, a autonomia do sujeito, onde a mulher sai de uma perspectiva passiva e inativa de atuação em sociedade.

Então, os movimentos sociais são atores políticos organizados por indivíduos coletivamente, com uma identidade construída através das próprias vivências e das articulações desses mesmos movimentos. Eles lutam por não estarem de acordo com ordens econômica, social e política que moldam nossas vidas e influenciam nossa cultura, tentando normatizar a vida de indivíduos que não correspondem a uma postura prevista pelo sistema. Na América Latina, esses movimentos estão muito associados ao resgate cultural dos povos daqui, para termos consciência das suas necessidades e experiências com fim emancipatório (Gohn, 2011). Dessa forma, usamos os conceitos de movimento de minorias ou novos movimentos sociais para marcar uma articulação social que afirma a diferença e não universalização dos indivíduos, visto que o povo latino tem por característica a pluralidade étnica. Os movimentos sociais são construtores de novos saberes e identidades coletivas afirmadas na diferença dos indivíduos e, a partir disso, constituam sujeitos(as) que se autodeterminem com soberania (Gohn, 2010) podendo quebrar com uma democracia que ainda é muito excludente e conservadora.

³ Sororidade vem do latim, *sororis* irmã e *idad*, relativa a qualidade. É o pacto entre as mulheres onde elas se reconhecem como irmãs e companheiras em uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo.

2.2 - Movimento do campo: A luta pela Terra e a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

*Queremos que a terra possa
Ser tão nossa quanto vossa
Porque a terra não tem dono
Senhores Donos da Terra.
Queremos plantar no outono
Para ter na primavera
Amor em vez de abandono
Fartura em vez de miséria.*
Homem da Terra, Vinicius de Moraes

Com poesia de Vinicius de Moraes podemos começar a refletir sobre a da questão da terra no Brasil. Podemos ter como marco inicial do problema do campo, a invasão europeia das expedições do “descobrimento”, fato que se reflete hoje quando nos deparamos com a paralisia das demarcações de terra para os povos indígenas invadidos e violentados e a conflituosa relação entre o agronegócio e a agricultura familiar. Mas o que há em comum entre esses dois movimentos? Sua relação diferenciada com a terra que diverge com a forma do uso dela, segundo influência neoliberal na América Latina (Ribeiro, Junior, 2011). Em tempos de bancada ruralista e do agronegócio defendendo os interesses das transnacionais, dos bancos e dos grandes grupos econômicos, num país com um dos maiores índices de concentração de terra (Fernandes, 2013), os movimentos do campo propõem um novo projeto de produção e consumo que transformam os cenários de todas as esferas sociais. Os movimentos rurais através de sua atuação em rede composta de atores sociais e políticos diversos, buscam na transformação estrutural do meio rural uma profunda transformação social e econômica no campo e na cidade, características dos movimentos em rede que possuem lutas locais (terra, trabalho, ecologia) e lutas mais amplas (contra neoliberalismo, soberania alimentar) (Warren, 2012).

A situação das terras brasileiras hoje, é o reflexo de processo violento e desigual que devemos saber para termos clareza da importância do debate e visto que, segundo Touraine (1977), os movimento sociais se “definem pela luta em nome do presente contra o passado” (TOURAINÉ, 1977, p. 343) para desintegrar as antigas práticas que não possuem compromisso com um futuro. Podemos nos contextualizar nesse processo tendo como marco a criação da Lei da Terra, em 1850. Esse foi o mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, quando o tráfico negreiro foi proibido e a abolição da escravatura estava se encaminhando, onde se concretiza em 1988. Ou seja, a mão de obra escrava seria substituída pela mão de obra assalariada dos estrangeiros estavam sendo atraídos pelos falsos chamados de prosperidade. A Lei da Terra foi criada pelos fazendeiros latifundiários para fazer a regulação da propriedade

privada da terra por medo de concorrência com os estrangeiros, consolidando, assim, as práticas latifundiárias. Com a lei, apenas se poderia possuir terra pela compra ou por doação do Estado, ou seja, ela torna-se mercadoria.

O problema da concentração de terra se estende até hoje associada à falta de cuidado com a questão da sustentabilidade, as desigualdades de incentivo na produção, investimento e suporte técnico por parte do Estado com os menores produtores. Em consequência disso surgiu a necessidade de um projeto (Ribeiro, Junior, 2002), conforme o Estatuto da Terra (Lei nº 4504, em 1964), com o objetivo de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A reforma agrária busca a democratização da terra com a recuperação de sua função social (Warren, s/d). Durante muitos anos esse debate esmaeceu, porém, com a pressão dos movimentos sociais, durante os anos 50, as discussões sobre a Reforma Agrária ganharam força e no governo de João Goulart, em 1963, regulamentam-se as relações trabalhistas com os trabalhadores da terra.

A ditadura trouxe uma intensa repressão para os movimentos sociais com a Lei da Segurança Nacional, além de um modelo ainda mais excludente, criminalizou os movimentos camponeses. Um marco de resistência dos movimentos rurais foi a Encruzilhada Natalino, 1981, que foi uma área assentada após a invasão e ocupação de duas grandes granjas no Rio Grande do Sul durante o período militar de muita violência e criminalização do movimento. Este foi o embrião do MST, que em 1985 já realizou o 1º Congresso Nacional, cujo lema foi “Ocupar é a Única Solução”. O objetivo do MST é ser atuante na luta por terra, por reforma agrária e por mudança social. Em 1988, a nova Constituição é criada e sobre pressão dos movimentos rurais abrange a função social da terra e garante a desapropriação de terras improdutivas (Fernandes, 2013). Mas essas medidas não se tornaram concretas.

Segunda o site institucional do movimento, os anos 90 foram marcados pelo abandono do Estado com Agricultura Família, ao mesmo tempo em que as lutas camponesas começam a se apropriar de outras questões sociais como uma nova concepção da reforma agrária. No 3º Congresso Nacional, 1995, o MST começa a entender reforma agrária com um bem a toda a sociedade e não apenas para a vida no campo. Nesse mesmo ano foi criado o Fórum Nacional da Reforma Agrária (FNRA), para debater todas as questões que envolvem os recursos da terra e toda a subjetividade que essa problemática acarreta, envolvendo questões como gênero, cultura, desenvolvimento, meio-ambiente, consumo, democratização da mídia, entre outros. Porém, com o governo FHC⁴, aconteceu um elevado índice de empobrecimento das famílias do campo e um grande êxodo rural devido à política de crédito Banco de Terra,

⁴ Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil pelo PSDB de 1995 a 2003.

associada às consequências do Plano Real, abertura comercial do Brasil levando a subordinação ao mercado internacional, além do congelamento das assistências técnicas e das políticas de crédito da reforma agrária.

Em 2002, o governo Lula chega ao poder trazendo consigo uma atuação insatisfatório para o movimento rural, embora o MST tivesse recuado em suas críticas e negociado com o partido para garantir que ele chegue o poder, numa ideia de colaborar sem se deixar cooptar devido as afinidades com as propostas de governo (Warren, s/d) – o que levou a uma grande crítica ao movimento. Porém, é importante salientar que os mandados do governo petista tem sido insatisfatório para os movimentos rurais, pois, segundo análise de Fernandes (2013), ao dialogar com as bases aliadas da oposição, o governo petista não enfrentou duas questões centrais para a reforma agrária: a subalternidade do campesinato ao sistema capitalista e não desenvolveu suficientemente políticas de desenvolvimento para a agricultura familiar.

No 5º Congresso, em 2007, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra já concebem Reforma Agrária como um processo de justiça social e soberania popular. As mudanças desse novo projeto social trazem soluções para fome, desemprego, violência e a própria exclusão social. Existe uma profunda transformação na ideia de Reforma Agrária do movimento do campo pois, hoje, já se entende que o processo de Reforma Agrária significa um “aprofundamento da democracia na sociedade brasileira onde se construa relações igualitárias construindo uma nova forma de cidadania” (Santos, 2000 apud Warren, s/d). A proposta de democratização da terra traz uma forma de produção diferente, com alimentos para o mercado interno, com uso controlado de agrotóxico, valorizando a agricultura familiar e respeitando o meio ambiente, além de fixar a população rural com boas condições de vida garantidas.

Com mais de 30 anos de história, o MST é o conjunto 350 mil famílias assentadas, segundo o próprio site do movimento, somando junta a elas todos seus colaboradores e apoiadores. Tornou-se o movimento com a maior expressividade e legitimado nacional e internacional, possuindo destaque por ser um movimento com seus símbolos, demandas e lutas conhecidas em âmbito internacional, ou seja, já existe uma tradição e reconhecimento do movimento (Gohn, 2011). A formação da identidade cultural é baseada em um modelo coletivo, o sujeito do movimento se forma e é inserido nessa construção ideológica e simbólica, onde se diferencia dos outros excluídos sem-terra, “sempre de boné vermelho, com foices e enxadas, camiseta branca com o emblema do MST.” (GOHN, 2011, p 144). O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra possui autonomia partidária e encontraram na ocupação uma ferramenta de luta, ainda que muito criminalizada com o auxílio da mídia hegemônica. Luta, junto a todo movimento campestino, por uma reestruturação da concentração

de terra, vinculada a uma nova forma de produzir com uma matriz agroecológica, participação social e cidadania (Calderón, Jelin, 1987), ou seja, demandas que vão além do acesso a terra.

A reforma agrária para o MST vem como uma proposta de sociedade contrária à ordem econômica que está estabelecida, seus atores e atrizes sociais são construindo por uma identidade de modelo corporativa (Pavan, s/d), mudando práticas de produção e consumo, além de possuírem um modelo de educação diferenciado próprio dos assentamentos (Gohn, 2011), fatores ligados ao princípio da *identidade* de Touraine, quando ele caracteriza os movimentos sociais. Entende como *oposição* – segundo princípio – o modelo de produção agrário dominante atualmente: o agronegócio, que é uma expressão do capitalismo (Fernandes, 2013) que tenta diluir a produção familiar através da integração dos camponeses a ele, além de ser o maior empecilho para alcançarem seus direitos devido aos interesses dos grandes ruralistas (Gohn, 2011). A *totalidade* do movimento, terceiro princípio de Touraine, se dá num campo político que poderá ou não se concretizar em políticas públicas dependendo da influencias e da articulação entre o Estado, os movimentos sociais e todas as instituições envolvidas.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra almejam se tornarem trabalhadores “com terra” sem passar pelo processo de compra, o que atinge o cerne do capitalismo e torna-se o grande embate e confronto político-simbólico. Segundo Bernardo Mançana, professor do Departamento de Geografia da Estadual Paulista (Unesp), em entrevista a Repórter Brasil⁵ mais, o agronegócio disfarça o seu modelo de expropriação e predativo, exaltando a alta produção e as novas tecnologias. O modelo de produção agrário familiar e o agronegócio são distintos e conflituosos. O agronegócio, através dos moldes da modernização e da alta produção, tenta integrar os camponeses ao sistema gerando mais desigualdade, pois os pequenos e médios produtores, numa tentativa frustrada de acompanhar a agricultura capitalista, se encontram em situação de precarização (Fernandes, 2013).

As articulações do MST se delineiam por três eixos, segundo Warren (s/d), como movimento: (1) demandas materiais e emergenciais, reivindicando direitos básicos para a população rural que é historicamente excluída, como vimos anteriormente. (2) Ressignificações simbólicas e políticas, para formação de um ator político (não apenas reivindicativo) que busque mudanças sociais. Esse eixo se articula nas bases do movimento, com um sistema educacional diferenciado, além das vivências da participação das ações coletivas, que através delas se faz uma construção simbólica e indenitária em prol de outras

⁵ Acesso em 01 de Outubro de 2015. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-caro-ao-brasil/>

questões que vão além da terra e que trazem debates sobre o respeito, a diversidades e as inúmeras formas de viver e ser. Além disso, busca mobilização nas esferas públicas com a adesão de simpatizantes e criar um canal de negociação. E por fim, (3) o novo projeto de sociedade, que é a etapa, segundo Warer (s/d), mais politizada. É nesse momento que se tem o ideário de sociedade voltada para o mercado interno, negando uma reforma agrária mercantilizada – entendendo que dessa forma ela gerará mais desigualdades-, buscando regulação das propriedades privadas (limites de tamanho, desapropriação, garantia das terras para índios e quilombolas). Além de articular os movimentos do campo com os movimentos urbano para se fortalecer como movimentos sociais, pois são lutas que se complementam e se influenciam mutuamente.

Outra questão importante a ser levantada sobre o MST é o fato de terem transformado as pautas dos trabalhadores adaptadas à globalização e ao novo contexto que vivemos,

O MST introduziu uma nova agenda à pauta tradicional dos trabalhadores rurais (de acesso a terra para nela morar e produzir) composta de três reivindicações novas: acesso ao crédito numa política de democratização da propriedade, apoio técnico aos assentamentos, e organização do trabalho em cooperativa de produção. (GOHN, 2011, p. 146)

Touraine (2003) diz que o modelo europeu de modernização está em decadência, o domínio da natureza por meio de técnicas e da ciência voltada pra uma elite está em declínio, pois o planeta dá sinais de falência. Logo, questões como ecológicas também se tornaram reivindicações do movimento do campo devido à dinamicidade dos três princípios citados, onde um reorienta o outro conforme irão surgindo novas demandas que alterarão a ideia de movimento e todo o processo de disputa posterior. O MST, visivelmente fluido com os novos moldes culturais, traz uma nova proposta de Reforma Agrária, como política de desenvolvimento rural, que não é redistributivas, nem de assistência social (Fernandes, 2013) e que se apoia na democratização do acesso a terra, contra o aglomerado de terras nas mãos de poucos, desenvolvimento e ampliação do agronegócio locais, sendo desenvolvido em um conjunto de pequenas comunidades de produtores; educação, em todos os níveis; “mudança do modelo tecnológico agrícola existente no Brasil, baseado em oligopólios e nas multinacionais” (GOHN, 2011, p. 147)

O modelo do agronegócio, vindo dos EUA e estimulado pelos poderes neoliberais no Brasil, é a associação de um sistema “agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico” (Fernandes, 2013, p. 5) junto a um modelo ideológico de convencimento, onde estigmatiza o camponês que não se integrou ao sistema. Esse modelo de convencimento cria um senso comum de que a agricultura familiar não é capaz de produzir numa escala

satisfatória, para contrariar essa problemática, Fernandes (2013) traz os dados do IBGE (2006) organizado em tabela para esse trabalho:

	Posse de estabelecimentos	Áreas cultiváveis	Valor Bruto Anual	Trabalhadores empregados
Agricultura Familiar	84,4%	24%	38%	74%
Agronegócio	15,6%	76%	62%	26%

Quadro 1 - Dados IBGE (2006)

Além da discrepância das terras cultiváveis e posse de estabelecimento entre os dois modelos, que demonstra a falta de incentivo e políticas de desenvolvimento técnico aos agricultores familiares, o valor bruto anual do agronegócio não corresponde a sua potência com relação à agricultura familiar e a quantidade de posse de terras cultiváveis. Outro fator relevante do quadro é potência econômica, no sentido empregatício da agricultura familiar, sendo responsável por 74% dos trabalhadores rurais. Ou seja, a agricultura familiar tem potencial para soberania alimentar, contra o senso comum criado em um imaginário popular. A agricultura familiar e a agricultura capitalista são modelos de produção que estão em conflito direto numa disputa política paradigmática que irá se concretizar no desenvolvimento de políticas públicas (Fernandes, 2013). A reforma agrária é o projeto político que visa o enfraquecimento do agronegócio através da valorização de outras formas de produção onde não se reproduzam as desigualdades da ordem econômica imposta, onde o trabalhador e as trabalhadoras do campo tenham uma vida digna.

A disputa de espaço entre essas duas formas de produção agrária, de um lado um sistema agrário articulado fortemente com o poder econômico para produção em larga escala com a modernização da agricultura, que dificulta a existência dessa outra forma de produção como a agricultura familiar. Para ganhar espaços que esses camponeses se articulam em forma de movimentos autônomos ou organizações expressa, por exemplo, com os sindicatos e movimentos sociais (Calderon, Jelin, 1987). Como um dos movimentos sociais mais expressivos, o MST e sua trajetória de luta relatada junto à ideia de reforma agrária, possui o que Castells (2002) conceitua como “identidade de resistência”, onde “atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência” (CASTELLS, 2002, p. 24). Esse tipo de identidade que leva indivíduos a uma resistência coletiva.

O MST possui todo um modelo de educação diferenciado, onde, segundo a palestra de João Amaral Roger⁶, ex-comunicador do MST, faz um trabalho de construção das identidades desde a sua base – como o projeto Sem-Terrinha. Essa forma de atuar se dá pela definição histórica da situação agrária no Brasil, onde precisam dessa resistência para reverter valores enraizados por um processo de privatização da terra que esses movimentos consideram não ser legítimo, pela criminalização do movimento para isolá-lo, pelo senso comum em relação à produção moderna e desenvolvida de alimentos, para conquistar as transformações sociais desejadas, já que entendemos que a reforma agrária traz mudanças profundas pra além do campo e da vida política, propondo uma nova relação da sociedade e sua forma de consumir. Para fortalecer essa disputa, o MST fortalece sua identidade coletiva e integra outras questões à questão agrária, sugerindo que as mudanças redistributivas acompanham transformações sociais numa luta que tange o combate ao racismo, à homofobia e ao machismo.

Por tanto as experiências que o MST pode, como ator social e político, traz aos indivíduos da sociedade e, principalmente, aos militantes do movimento, modificam uma concepção de mundo, valores, crenças, práticas. Nesse sentido, a representação desses movimentos, associadas às experiências, se tornam importantes visto que constroem identidades, que irão dar força ao movimento e a luta pela reforma agrária. As mulheres do MST são produtos desse processo de mudança pois já trazem em suas ideologias e práticas sociais essas experiências diferenciadas que constrói o militante. Para além disso, encontram no feminismo uma forma de lutar contra as contradições do movimento.

1.2 – Feminismo, noções de gênero e a relação com as mulheres do campo

A história foi feita pelos homens. A discriminação de gênero esteve presente no percurso histórico da sociedade e tem como consequência um sistema patriarcal⁷ onde o homem é tido como autoridade e ser dominante. No dia 24 de Novembro de 2015 foi lançado um relatório da *Education at a Glance 2015: Panorama da Educação*, divulgado pela Agência Brasil da EBC⁸ afirmando que o Brasil é o sexto país com as maiores diferenças salariais entre homens e mulheres, onde elas recebem 62% do salário dos homens. Além disso, esse mesmo relatório afirma que 72% dos homens com ensino superior ganham duas vezes a

⁶ Palestra da 40ª Semana Acadêmica da Comunicação (SECOM), na mesa Cidadania. João Amaral Roger foi acampado e assentado, trabalhando no Setor de Comunicação do MST durante dez anos.

⁷ Sistema de opressões onde o homem é tomado como ser dominante nas relações sociais e econômicas

⁸ Acesso 23 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/brasil-registra-uma-das-maiores-diferencas-de-salario-entre-homens-e>

média da renda salarial, entre as mulheres a porcentagem é de 52%. A rádio ONU⁹, também destaca a invisibilidade da mulher na mídia, segundo Projeto de Monitoramento da Mídia Global, onde as mulheres são apenas 24% das pessoas que aparecem em rádios, jornais e TVs. A Central de Atendimento a mulher, entre janeiro e outubro de 2015 registrou janeiro a outubro, em média, 630 mil atendimentos. Esses dados, também disponíveis em matéria da EBC¹⁰ são importantes para iniciarmos os estudos sobre o que é e o porquê da necessidade da organização de mulheres em todos os espaços. Os números este ano, são maiores que do ano passado (56,17% superior), e é importante nos lembrarmos que estamos constatando as violências que foram registradas, pois existem tantas outras violências que não são denunciadas por medo, falta de informação, falta de viabilização ou até mesmo por não reconhecer a violência.

Segundo Bourdieu (1995, in Boni, 2012) as representações sociais das mulheres as colocam como sexo frágil e incapaz diante da soberania masculina, “nascemos homens ou mulheres e isso vai determinar quem será o dominado e quem será o dominador” (BONI, 2012, p. 88). O machismo envolve uma série de questões culturais – valores, hábitos, educação – que reflete em práticas cotidianas que levam a diferentes tipos de violência (simbólica, física, psicológica, entre outras). Combatê-lo é combater práticas naturalizadas historicamente ligadas à posse, domínio e submissão da mulher. Segundo Boni (2012), o feminismo é um discurso de consciência crítica e política, e não se resume somente a um movimento social, perpassando-o e tornando-se uma filosofia política e de vida.

A luta das mulheres por espaço em diversas esferas sociais e política é legítima e necessária. É importante termos a consciência de que quando falamos de violência, também estamos falando de disciplinamento dos comportamentos, sentimentos e atitudes, que afastam as mulheres dos espaços públicos e de exercer poder (Caderno de Texto da Marcha das Margaridas, 2015¹¹). O próprio sistema e a falta de suporte dele para as de mulheres já é uma violência, pois ignora a subjetividade delas e, como mencionamos anteriormente, as reivindicações dos movimentos sociais perpassam as diversidades dos indivíduos e não a uniformização deles, pois só a partir do momento em que entendemos as especificidades individuais, poderemos construir políticas de inserção dos mesmos em sociedade. Logo, é

⁹ Acesso 23 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/11/onu-afirma-que-mulheres-tem-menos-espaco-na-midia/#.VIWnR7-LhzA>

¹⁰ Acesso 26 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/11/ligue-180-registra-47-milhoes-de-atendimentos-em-dez-anos>

¹¹ Disponível em: https://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015-versaofinal_site.pdf

importante entendermos algumas questões que podem ser agravantes na vida de muitas mulheres devido à posição social que ocupam.

Segundo a teoria de Eagles (1986 in Boni, 2012), o patriarcado surge com a propriedade privada e esse é regulamentado pela Lei da Terra. Partindo dessa perspectiva e levando em consideração que a propriedade da terra é ligada ao homem (Paulilo, 2003 in Boni), podemos constatar os reflexos dessa soberania masculina com relação ao processo de reforma agrária, por exemplo, onde as mulheres eram beneficiárias em apenas 13% das terras distribuídas (Deere, s/d). Por isso e pela falta de representatividade delas nas instituições ligadas ao trabalho rural, criou-se políticas de cotas para mulheres nas instituições agrárias para ampliar a participação delas e com isso levantar as pautas necessárias às mulheres. Porém, a teoria de Eagles que trata do machismo como uma condição ligada a questões econômicas não é como um todo efetiva, segundo Goldman (2014) em *Estado, Mulher e Revolução*, após Revolução Russa que trouxe profundas transformações econômicas no cerne da propriedade privada, a emancipação das mulheres não se deu da forma esperada.

[...] relações desiguais estão inscritas já nos costumes e nas tradições e que não é meramente a entrada no mercado de trabalho e uma certa igualdade nesse âmbito que garantirá à mulher o fim da exploração, uma vez que, se no campo do trabalho remunerado as diferenças diminuem, ainda recai sobre a mulher o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos pequenos e dos idosos. (BONI, 2012, p. 86)

Com isso, a autora evidencia que o machismo não está ligado apenas questões econômicas, mas envolvem esferas político-sociais, necessitando de profundas transformações culturais. Por tanto, o feminismo não é apenas o movimento social, é a forma com que as mulheres se colocam ao mundo e que as leva a contestar até mesmo espaços mais libertários, como é o caso do MST. Segundo Gonçalves (2009), o povo sem-terra, quando se tornam assentados, retrocede a atitudes machistas e recuam da participação política. Ainda que esses movimentos promovam a desconstrução das opressões, os atores que se iniciam nesse tipo de espaço estão imersos nesse sistema patriarcal acumulando experiências e significações, sendo assim, a reprodução do machismo se estende internamente aos movimentos sociais por causa desse acúmulo.

O feminismo, então, vem como uma proposta transformação social, econômica, política questionando as relações de poder e principalmente busca a emancipação das mulheres (Boni, 2012). No caso do campo, para alcançar a igualdade e possuir autonomia, é necessário pensar em dar condições econômicas à mulher (emprego, renda, direitos trabalhistas) e mudar a percepção do seu trabalho para que suas atividades não sejam mais consideradas “ajuda” e secundárias (Boni, 2012). Trato de animais pequenos, cuidado com o

pomar e a horta, cuidado com filhos e idosos, por exemplo, não são reconhecidas como trabalho, pois nesse sistema só tem valor o trabalho que produz e pode ser comercializado para gerar lucro. Segundo Gonçalves (2009), “reconhece-se que houve avanços, dentre os quais está a conscientização de que se trata de um problema de caráter político e que é necessário estabelecer a relação entre gênero e luta de classes” (GONÇALVES, 2009, p. 205)

O feminismo, para melhor organização das ideias, é dividido em três grandes ondas, com suas influências e características. Um paralelo histórico será traçado dessas ondas com a história das mulheres do campo. É necessário que seja traçado essa linha histórica para entendermos o contexto que estamos e que iremos fazer análise da representação dessas mulheres militantes do MST. Deve ser destacado, também, que as ondas feministas não têm delimitações temporais muito precisas, ainda que tenham alguma referência, ou seja, hoje podemos ver aspectos das três ondas sendo articuladas e negociadas no atual cenário político, cultural e econômico. Importante salientar que não me prenderei a trazer para esse trabalho os diversos conceitos e segmentos que o feminismo possui, mas relatar as características sociais e políticas das lutas durante seu desenvolvimento.

A primeira “onda” do feminismo surge no século XIX consiste no reconhecimento legal das mulheres. Nesse período, existiram dois grupos de luta de mulheres: as liberais, que lutavam contra os privilégios e oportunidades devido ao sexo; e as marxistas que dialogavam com as questões socialistas e acreditavam que o encarceramento da mulher se dava principalmente por questões economicistas (Gonh, 2007). É nessa época que as reivindicações eram pelos seus direitos à educação, emprego, voto. As mulheres lutavam para sair dos espaços privados – doméstico- e emergir em espaços públicos. Quando o grande estouro do movimento feminista acontecia na Europa, nos anos de 1960, o Brasil estava passando pelo seu regime ditatorial.

A história das mulheres no meio rural aqui no Brasil marca, na prática, que a falta de direitos sociais faz com que os indivíduos oprimidos tenham menores formas de inserção e de autonomia e a elas é negada a elas. Silvia (2013), diz que a mulher trabalhadora rural aparece no Brasil com a vinda dos estrangeiros em função do sistema de colonato para substituir a mão de obra escrava, porém, é importante salientar que as escravas já trabalhavam nos canaviais durante todo o período de escravidão, seria equivocado apagar a histórias dessas mulheres. Porém, o colonato, exploração do trabalho familiar para que todos os membros da família se sentissem pressionados ao trabalho produtivo (Silvia, 2013), foi sim um momento histórico bastante importante, pois marca a discrepância dos direitos sociais de homens e das mulheres dentro de um sistema familiar com relações bastante hierarquizadas e dentro de um

sistema econômico, onde a mulher não é considerada trabalhadora pelas atividades que realizava (Gonçalves, 2009) – muito semelhante ao cenário atual. A mulher desempenhava tarefas domésticas, na roça de subsistência e nos cafezais, mas ela não era considerada trabalhadora, pois essas tarefas eram englobadas pelas atividades do “chefe de família”, embora fundamentais ao funcionamento da economia familiar: preparo de carnes gorduras, doces, fabricação de sabão, queijo, manteiga, entre outras atividades (Silvia, 2013).

Evidencia-se a falta de direitos sociais dessas mulheres que tinham seus companheiros ou pais como autoridade máxima em suas pequenas propriedades onde eles eram quem comandava toda a produção. Com o processo de modernização do meio rural, devido o grande acúmulo de terra, fez com que muitas famílias fossem expulsas dos campos, ocasionando em um êxodo urbano. Na cidade, as famílias se encontravam em situação de miserabilidade, as mulheres começaram a se tornar assalariadas por necessidade de sobrevivência. Elas foram absorvidas com essas novas relações trabalhistas onde foram exploradas e dominadas tanto no meio rural, quanto nas cidades, trabalhando como mão-de-obra barata (Silvia, 2013).

A segunda “onda” do movimento, algumas mulheres – as mais privilegiadas - já se inseriam no “mundo dos homens”, como diz Simone Beauvoir ao se colocar entre elas. Nessa etapa, se contestam questões para além das econômicas, onde se discute exclusivamente questões trabalhistas. Nesse momento se problematiza a cultura, colocando-a como opressora nas suas formas simbólicas, que leva de forma concreta as violências diversas contra a mulher. Nesse período que se contestam as práticas mais intrínsecas à sociedade, é quando se traz o problema estrutural do machismo, ou seja, a mulher não ocupa os espaços predominantemente masculinos, pois a sua educação não cria expectativas ou formas para isso. A partir da segunda onda que se inicia as discussões sobre sexualidade, igualdade no trabalho, violências, a desvalorização da feminilidade. Foi nessa onda que surgiu o conceito de “gênero”, que rompe com o determinismo biológico e traz aspectos relacionais e culturais na construção do masculino e feminino (Heilborn, Sorj, 1999 in Gohn, 2007). A partir da segunda onda se desnaturaliza o “ser mulher” e o projeta para um processo de construção social, ou seja, ser mulher é uma questão de identidade e não de marcações biológica.

A partir dos anos 80 acontece o advento da articulação das mulheres, houve um grande aumento da participação delas nos movimentos sociais (Gohn, 2007). No campo, as lutas pela reforma agrária começam a se intensificar encabeçadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Nesse processo, o cenário dos movimentos sociais rurais também tem seu marco histórico para as mulheres: a nova Constituição de 1988, que reconhece o direito à terra da mulher rural e os direitos previdenciários. Eram raras as situações em que as mulheres se tornavam titulares das

terras individualmente pela sua luta, na grande maioria ficavam a margem do homem (Deere s/d). Além da diferença do fim da renda entre homens e mulheres do campo: os primeiros dedicando sua renda ao lazer e desejos pessoais e as segundas para manutenção dos bens comuns (Valdete-Boni, 2012). O debate com relação ao beneficiamento das mulheres foi bastante lento, principalmente dentro do MST, onde essa questão teve maiores avanços nos assentamentos em que havia mulheres nas coordenadorias estaduais (Deere, s/d), provando, desta forma, a importância da representatividade das mulheres. Apenas a partir da década de 90 que se inicia uma pressão mais forte do movimento das mulheres rurais pra que seja efetivo o que estava garantido na Constituição de 1988.

A ascensão do debate de gênero eleva o número de beneficiária e, a partir do momento que houve o debate, o MST reconhece a sua falha em não discutir igualdade e autonomia das mulheres antes, pois se ela está empoderada¹² dentro do movimento, com seus direitos garantidos e possuindo autonomia, se torna menos suscetível ao poder da barganha. Além de que, se as mulheres estão consolidadas no movimento, ele mesmo se fortalece, portanto era necessário incluir e estimular a participação das mulheres no trabalho produtivo, combater as desigualdades tradicionais camponesas e entendê-las como integrantes da organização. Com o aumento da participação das mulheres nos movimentos sociais logo, nos anos 90, dentro do MST, forma-se o Coletivo Nacional de Mulher (1996), para lutar pela efetiva titulação das terras e participação igualitária nas decisões do movimento agrário. O feminismo foi abraçado pelas mulheres rurais inicialmente de forma tímida devido a, nessa época, segundo Gonçalves (2009), as mulheres do campo buscam direitos trabalhistas já conquistados pelas mulheres da cidade. Portanto, segundo Boni (2012), as mulheres do campo ainda tinham que conquistar direitos já conquistados pelas mulheres urbanas – até mesmo pela forte presença religiosa e da Igreja no campo- e, dessa forma, lutar por outras demandas trazidas por essa onda.

A “terceira onda” surge com a proposta da micropolítica, onde se entende a existência de intersecções ao movimento que devem ser evidenciadas, levantando uma gama de mudanças culturais necessárias. Essa “onda” é o que chamamos de “feminismo difuso” (PINTO, 2003, in MATOS, 2014), em que se descentalizou e pluralizou as pautas feministas devido ao “aumento da visibilidade e força de outras identidades do feminismo – feminismo negro, lésbico, popular, organização das mulheres sindicalistas, das trabalhadoras rurais” (MATOS, 2014, p.6). É o que Castells (2002) descreve em relação à sociedade em rede: a renegociação do espaço global e local traz essa diversidade que caracterizam esse cenário social e resultam numa gama maior de estilos de vida, então, muda-se a concepção do

¹² Empoderar no movimento feminista vem no sentido de “dar poder” a mulher, são transformações que as mulheres passam que modificam – as tornando mais forte – em diversas relações, até com ela mesma e situações. Empoderamento da mulher é o processo no sentido oposto de internalização das opressões

discurso feminista por ser excludente, abrindo possibilidade para um movimento mais heterogêneo.

Nesse contexto que facilita a troca de experiências, muitas mulheres – ainda que umas mais privilegiadas do que outras – possuem acesso a uma gama de informações e compartilhamento que as aproxima umas das outras, potencializando uma troca de experiência que vem a ser uma desconstrução de antigos dogmas e normas institucionalizadas, para uma construção de um(a) sujeito(a). Além disso, dentro do próprio movimento feminista, as mulheres se identificam com demandas em comum derivadas das suas vivências e interpretam essas significações construindo identidades e formando grupos que debatam as novas pautas: mulheres usuárias de drogas, mulheres transgêneras, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres negras, mulheres da classe trabalhadora, mulheres camponesas. Esses recortes foram possíveis através da nova forma de interação da sociedade em rede, que aproxima sujeitos quando transforma a noção de tempo e espaço e possibilita a aproximação de vivências parecidas.

Então, encontramos a importância da interseccionalidade do feminismo, que tem consciência do privilégio de umas mulheres. É este feminismo que percebe a discrepância da qualidade de vida de uma mulher que vive do campo, da mulher urbana que, até certo ponto, possui maiores possibilidades de acesso a uma gama de plataformas- ainda que seja importante problematizar a vida das mulheres das periferias da cidade, onde é sabido que o acesso e possibilidades ainda são limitados, quando não são nulos. Nesse sentido, de compartilhamento de saberes que

[...] a experiência, portanto, que, através da linguagem, constitui o fluxo de significações, ou seja, as representações. Estas são entendidas como universos simbólicos que emergem em contextos interacionais. São constituídas pelos sujeitos em suas práticas cotidianas, orientando formas de vida [...] (SIMÕES, 2010, p. 12)

Em 1999, o Coletivo Nacional de Mulheres foi reformulado para Coletivo Nacional de Gênero, dentro do MST, sob influência dos debates da terceira onda. Nesse momento se vê necessário que as questões de gênero sejam debatidas entre homens e mulheres, como um problema de ambos como verdadeiramente é (Deere s/d). O debate sobre reconhecer o direito à terra da mulher está atrelado à sua autonomia e bem-estar, gerando aumento de produtividade que, por sua vez, traz melhorias para os assentamentos.

O destaque em geral é para as práticas cotidianas de solidariedade e os resultados econômicos da produção para a família. Mas, mais importante que isso, é o

crescimento da consciência social e política, decorrente dos enfrentamentos, que as capacita a participarem mais ativamente da luta política. (PAVAN, s/d, p. 42)

Em 2000, acontece o primeiro Acampamento das Mulheres Rurais, onde elas discutem reforma agrária, crédito subsidiado para pequenas produções, direito à previdência e à saúde. Nesse mesmo ano, o 4º Congresso Nacional do MST acontecia e propunha trazer para o debate político do movimento, a questão de gênero.

Ao fazer uma análise proposta pelo próprio Touraine (1977), do sistema de ação histórico - que consiste em analisar um determinado movimento a partir de um contexto histórico e toda a singularidade do modelo cultural da sociedade naquele momento podemos perceber que, hoje, as pautas do movimento feminista questionam a formação do sujeito a partir de uma perspectiva masculina. Castells (2002) traz o exemplo do feminismo, onde a mulher busca igualdade de direitos “para fazer frente ao patriarcalismo[...] e assim, a toda estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades se estabeleceram” (CASTELLS, 2002, p. 24). O feminismo, nesse momento, contesta o pensar em transformação social a partir das perspectivas “masculinas”, não almeja estar frente à sociedade patriarcal, mas construir uma sociedade a partir de uma perspectiva feminina, onde existam espaço e condições para ambos, guardadas suas especificidades e construindo uma nova realidade social.

A discussão teórica sobre outras racionalidades existentes tem pautado o debate da “crise da modernidade”, trazendo à tona outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes tais como as que advêm do mundo das artes, do “mundo feminino” das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas via educação não-formal, das experiências na participação em lutas e movimentos sociais, culturais etc. (GOHN, 2007, p. 41)

As mulheres possuem esse projeto onde não se dilui as diferenças, mas cria-se espaço para elas, políticas públicas que colaborem com a cidadania verdadeira para as diversas formas de viver e que sejam contempladas e representadas, o que Gohn (2007) chama de “feminismo da diferença”. Por isso é necessário que alcançar a autonomia para a mulher, muito dificultada no campo devido a essa tradição rural da soberania masculina e sua forma ligação com a Igreja (Boni, 2012). Nessa busca se torna legítima as políticas de cotas de participação para mulheres, como a participação na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), os 30% do Pronaf destinado para mulheres, para que elas estejam ocupando os espaços e trazendo as pautas das mulheres pra negociação política, em busca de sua autonomia. Por tanto, “A mulher tem que introduzir o seu modo de ser na gestão e não

desempenhar apenas papel planejado por homens, para ser ocupado também por homens” (GOHN, 2007, p. 56)

A busca da autonomia da mulher é um processo de ter consciência de si e de seus direitos e deveres na sociedade para além de seus papéis sociais que são “representações de si que carregam nelas julgamentos de valores morais sobre as condutas deste indivíduo ou deste grupo” (TOURAINÉ, 2009, p. 142). Ainda que esse processo seja bastante subjetivo, se entender como mulher, sujeita da sua própria vida, é perceber as opressões diárias, que podem ser evidentes ou disfarçadas, como problemas estruturais construídos socialmente. Quanto mais se observa a vida cotidiana da mulher, mais nítidas são as diferenças de inserção e de reconhecimento, mais necessário se faz a presença de solidariedade, de justiça social, de autonomia e inclusão que reivindicam as feministas.

Não existe melhor definição das liberdades públicas do que a capacidade de abrir espaço, no espaço público, para aquilo que está acima dele, ou seja, para debates e conflitos que demandam exigências de liberdade, de igualdade e de justiça [...]” (TOURAINÉ, 2009, p. 164)

A mulher ao se afirmar como atriz social, é muito importante que “não se contente em resistir passivamente à dominação dos aparelhos de produção de consumo e de gestão” (TOURAINÉ, 2009, p. 184). Bourdieu (1989) diz que o poder simbólico são as ordens sociais que são seguidas sem regras e sem questionamentos, então, a maior expressão do machismo se dá nas atribuições de papéis sociais, reproduzidos pelos indivíduos, nas relações de poder, na representatividade, na mídia. Ao perceberem que muitas mulheres compartilham das mesmas angústias pela partilha de experiências facilitada pelas tecnologias de comunicação, há a construção de uma identidade coletiva.

Então, a luta feminista é contra um sistema patriarcal inteiro, um modelo cultural que se convencionou e se construiu historicamente. Esse mesmo adversário que oprime uma boa parcela da sociedade funcionando pela lógica da meritocracia, da mercantilização, do acúmulo, é o mesmo sistema que impede um desenvolvimento sustentável através da potencialização da agricultura familiar. É essa dinâmica que oprime muitas mulheres e que se potencializa no campo, onde muitas vezes elas se encontram em isolamento, além das jornadas de trabalhos exaustivas, vinculada ao trabalho doméstico sem ser considerada trabalhadora e sujeita a todos os agrotóxicos (Deere s/d), deixando-as vulneráveis a uma série de doenças. Ou seja, a luta contra o agronegócio está ligada à luta contra o machismo, pois quando falamos de autonomia da mulher, estamos falando da autonomia dela no campo também, que acarreta uma série de especificidades características do seu ofício e da sua forma de vida: direito a terra para trabalhar e escolher sobre sua forma de produzir e

consumir que afetam sua identidade como camponesa (Boni, 2012) e possuir sua autonomia e ter direito ao seu corpo, levando o feminismo a um patamar mais elevado do que movimento organizado.

Por isso, a Marcha das Margaridas, que neste ano, 2015, acontece pela quinta vez, milhares de mulheres marcham pautando os seus direitos á terra, ao corpo, autonomia e igualdade, além de desenvolvimento sustentável, incentivo a agricultura familiar, mudança nas relações de trabalho da mulher do campo, entre outros. A marcha tem o nome de Margarida em homenagem a Margarida Maria Alves, que foi uma militante líder sindical do campo executada em 1983. Sua morte foi considerada crime político e trouxe grande comoção nacional. Este ano, Maria das Dores, militante rural assim como Margarida, foi sequestrada e executada. 27 anos antes, as mulheres já estavam lutando por seus espaços dentro dos movimentos sociais pra lutar pelos seus direitos como trabalhadoras rurais.

Hoje, a mesma história se repete, a violência e a forma conservadora que se trata as questões da terra agrava a situação mulheres do campo, num país que possui os maiores índices de violência contra as mulheres e um dos maiores índices de concentração de terra. Por isso a luta contra o machismo é imprescindível e a luta pela reforma agrária é tão necessária. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome” (Margarida Maria Alves)

1.3 Movimentos sociais e comunicação e mudança social

Como já foi levantado anteriormente, Daiara Tukano, militante indígena, afirma a importância e a necessidade de dar maior visibilidade à causa. Como, em um momento de avanços tecnológicos que aproxima e transforma relações sociais, há a falta de visibilidade pra uma das questões mais importante, e mais desdenhada, pela mídia como é a causa indígena? A entrevista de Daiara deixa muito perceptível que as tecnologias de comunicação e o uso consciente delas são cruciais para os movimentos sociais e, dependendo dos interesses em jogo, pode ser determinante. Estamos falando de um fazer comunicação de forma alternativa à forma tradicional, tirando da invisibilidade grupos de indivíduos, dando voz a quem não a possui nas mídias hegemônica, entender a importância de representar atores sociais de forma coerente e dar o espaço que lhe é de direito. Quando nos responsabilizamos pela importância do nosso ofício e exercemos de forma consciente, damos a sociedade o poder de controle social, construímos sujeitos ativos e levamos a reflexão as relações de poder, símbolos e valores culturais que devem ser questionadas.

Dar visibilidade aos indivíduos dentro de um fazer comunicacional é levar ao conhecimento coletivo a real situação do mesmo, impedindo com que aconteçam injustiças sociais e violências camufladas. Desta forma damos o controle à sociedade e não permitimos que a pobreza de ideias de quem detenha os maiores montantes de dinheiro através da exploração do trabalhador, normatize a vida de indivíduos conforme seus interesses. Nesse sentido, vale lembrar que o atual modelo agrícola não se responsabiliza pela consequência da “modernização” do campo com relação aos danos que causam no meio ambiente através da transgenia e monoculturas.

[...] sabe-se que as consequências negativas desse modo de produção, que envolve desmatamento, queimadas, utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos e transgênicos, são muito mais acentuadas que os benefícios, especialmente no que se refere aos impactos ambientais e à insegurança alimentar, fatores que passaram a ameaçar, inclusive, a continuidade da espécie humana. (ZIMERMANN, 2009, p. 80)

A mídia tem o poder de fazer existir socialmente os discursos e mediar os campos sociais (Barbalho, 2004). Representar os indivíduos e estar disposto e ser minucioso no uso dos símbolos e significações que constroem os discursos, também são deveres dos campos midiáticos alternativos; desconstruir paradigmas, estereótipos e valores culturais, para construir sujeitos ativos na sociedade que sejam atores políticos conscientes. Segundo Warren (s/d) sobre a atuação dos movimentos com relação a visibilidade

Os atores no nível mobilizatório atuam direta e conjuntamente na esfera pública. Por meio desse tipo de atuação os movimentos buscam a visibilidade política e o reconhecimento de suas demandas junto à sociedade civil, aos governos e à mídia [...] (WARREN, s/d, p. 5)

Através das ações coletivas, que os movimentos tentam se inserir na mídia hegemônica, porém, suas atividades são sempre muito criminalizadas, principalmente as ações do MST. Essa criminalização acontece, pois as atividades do movimento incomodam cidadãos que tem seus interesses diretamente agredidos economicamente e outras tantas pessoas que tem sua rotina alterada devido a, por exemplo, marchas e manifestações. Esse “desconforto” que causam os movimentos sociais em suas ações é importante para causar a reflexão, para realmente quebrar com a rotina chamando a atenção da sociedade para a invisibilidade de alguns indivíduos que estão compartilhando e vivendo um mesmo espaço, porém sem as mesmas oportunidades e possibilidades. E onde cabem as tecnologias de comunicação nesse debate? A resposta é: em todo o processo.

Em um primeiro momento, é necessário conceber e entender o fazer comunicação como uma atividade com poder de transformação social. É necessário compreender a relevância dos processos comunicativos no campo das negociações políticas, tendo poder de mudar práticas sócias e valores culturais. Além de dar voz e visibilidade a grupos sociais oprimidos, pois, quando se evidencia uma questão e a leva a público, menores são as chances dela ser sabotada pelo interesse de poucos. Hoje, enquanto o mais lucrativo conglomerado comunicacional transmite uma matéria sobre as dificuldades de uma tradicional família em passar um mês na Europa entre cinco pessoas, iniciando a matéria com "Agora vamos acompanhar a história de algumas vítimas da elevação do preço do dólar. Histórias de gente como a gente¹³"; existe, do outro lado, uma realidade de "gente" que não é "como a gente" que ainda se discute condições mínimas de sobrevivência, que a distância da periferia à Europa é igual a distância das suas casas à uma Universidade – e a maioria nunca chegará a conhecer ambas, para depois, se tornarem objetos de estudo de "gente como a gente".

Os movimentos sociais se encontram numa sociedade marcada pelas características de uma sociedade em rede: globalização informacional, crise da democracia representativa, predominância da mídia hegemônica. Nesse contexto os movimentos sociais se modificaram conforme a justificativa de sua existência (Castells, 2002). Devemos entender os "novos movimentos sociais" definidos por Touraine (2003), atrelados aos processos de midiatização e globalização. Aglutinando conceitos sobre sociedade em rede e suas nuances trazidas por Castells (2002), onde passamos de um movimento que pautava apenas questões econômicas, e entramos nos questionamentos da vida cultural. Sendo assim, fazer uso das mídias para transformar nossas relações com símbolos, valores e práticas, se faz imprescindível para a sobrevivência do movimento, criando canais de diálogo com a sociedade e ter voz diante dela.

Os meios de comunicação hegemônicos são despolitizados e as tantas outras plataformas que deveriam ser de denúncia e deveriam estar lutando por um país mais verdadeiramente democrático, seguem essa tendência: "tanto as televisões públicas quanto as privadas são treinadas a ser medíocres, em nome dos 'piques de audiência' que nada mais são do que uma escala de lucros planejados" (TOURAINÉ, 2009, p 186). O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi um dos movimentos mais criminalizados pela mídia pela invisibilidade de suas causas e pela falta de informação para a população. São vítimas da despolitização da mídia, resultado da falta de debate das faculdades de comunicação e, mais tarde, das leis do mercado de trabalho. Dessa forma, e pela importância dos processos

¹³ Jornal Hoje - exibição no dia 23 de Setembro

informativos, viu-se necessário a criação de espaços midiáticos para se auto representarem. Segundo o próprio site do MST¹⁴

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra dá um salto qualitativo e se transforma no Jornal Sem Terra. Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passa a ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, de motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então.” (Site do MST, acesso em 23/09/2015)

Para que os movimentos sociais não fiquem a mercê da mídia hegemônica, é necessário que criem suas próprias formas de dialogar e levar as informações a partir de seus pontos de vista. Criar, desta forma, as próprias significações simbólicas que façam mais sentido para o grupo/comunidade. Porém, se deve ter cuidado com os discursos institucionalizados que possuem caráter opressivo e podem ser reproduzidos nessas mídias alternativas. É o que Castells (2002) chama de “identidade legitimadora” que são atores sociais organizados e estruturados que, ainda que em conflito com as instituições legitimadoras, reproduzem uma identidade dominante.

Barbalho (2004) diz que os aparatos midiáticos são os maiores criadores de repetição, desejos, imitações. Nesse sentido, as repetições em série se tornam subjetividade, e essas subjetividades chamamos de tendência. Em muitos casos as tendências se opõem, embora não se contradigam, fazendo com que a tendência predominante domine a outra, o chamado *refluxo*. O Refluxo é uma identidade dominante se opondo e ofuscando a outra, não permitindo que se criem outras tendências, negando a singularidade e a diversidade das formas de viver. É contra essa tendência hegemônica que as mídias dos movimentos devem se colocar, “ação midiática só pode ser transformadora do ponto de vista da política se ela também for do ponto de vista da mídia” (Barbalho, 2004, p. 5). Ou seja, se um movimento social deseja trazer transformações, deve buscar transformações midiáticas, para que a reprodução de discursos que não sejam mais os hegemônicos, que não reproduzam opressões, estereótipos e preconceitos.

Como o machismo é um construído culturalmente por um processo histórico, tanto no campo quanto na cidade, o problema está enraizado e se mostra estrutural. O MST como um movimento que surge desse sistema e nesses moldes culturais, foi um movimento lento no debate de gênero pois priorizava, no início, o debate da luta de classe. Consequência disso é a persistência do Setor Gênero para levar o debate adiante. Quando se percebe que todas as

¹⁴ Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>

opressões são interligadas, pois são construídas e mantidas pela mesma engrenagem que coloca trabalhador(a) contra trabalhador(a), que é o mesmo sistema que coloca mulheres contra mulheres, num discurso de competição arraigado a ordem cultural, que criminaliza as drogas, que apoia o agronegócio, que defende as grandes indústrias farmacêuticas e de cosméticos e usa dos grandes meios de comunicação como suporte para funcionamento dessa engrenagem, já não se pode mais desassociar as lutas. Já não se pode falar em combater racismo, sem falar em descriminalização de drogas, assim como não se consegue discutir direito a terra sem discutir a autonomia das mulheres do campo.

Nesse sentido que as mídias alternativas devem colaborar cumprindo sua função social, incentivando essa reflexão, aumentando as perspectivas de informação dando um panorama maior das questões que tangem as opressões das mulheres. Estimular a construção de uma identidade através de uma representação de um coletivo que é ativo como ator político exercendo pressão e em espaços de negociações, mas não está sendo representado nos grandes meios de comunicação, como o movimento negro, o movimento do passe livre¹⁵, o movimento LGBTT¹⁶, o movimento feminista e movimentos do povo Sem-Terra. É necessário dar visibilidade a essas mulheres que se encontram nos mesmos espaço político-sociais. O que nos leva a questionar como que se dá a representação midiática das mulheres nesses espaços criados pelos movimentos sociais, como o MST. A invisibilidade e as distorções da mulher militante é tipo de opressão que pode acontecer dentro dos movimentos sociais. Touraine (2003) problematiza esse tipo de situação atrelada à evolução econômica, deixando a evolução cultural estagnada. Além disso, sabemos que o debate de gênero nos assentamentos começou de forma lenta, ainda que hoje exista toda uma diferente perspectiva de educação construída nos assentamento relacionadas a essa e tantas outras construções.

No início dos anos 90, as mulheres do MST criam um panfleto para debater e problematizar os sexíssimos e as opressões contra a mulher. O processo comunicativo e a função social da comunicação é tão evidente, que nessa mesma época se fortalece a luta das mulheres, marcando os anos 90 com o aumento do número da participação delas no MST. Em 1999, o Coletivo Nacional de Gênero, dentro do MST, cria o panfleto “Mulheres sem Terra”, para levar o debate de gênero, que já acontecia entre as mulheres, para os homens, entendendo os vínculos da luta com a terra. Conforme análise documental, conhecemos toda a trajetória do Setor Nacional de Gênero para avançar no debate pela participação política da trabalhadora

¹⁵ Movimento Passe Livre é um movimento social autônomo e apartidário que pauta a questão do transporte público e direito de ir e vir do cidadão.

¹⁶ LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.

sem-terra e ir além. Segundo o próprio Jornal Sem Terra, nos primórdios da articulação feminina “esta combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JST, 1995, p. 12 in GONÇALVES, 2009).

Esse Setor usa das tecnologias de informação para inserir a problematização das relações de gênero desde 1996, quando saiu a primeira cartilha chamada “A questão da mulher do MST”. Essa cartilha salientava que, embora as mulheres lutassem sim, não se sentiam representadas. Além dessa cartinha houve outras como “Sem mulher a luta vai pela metade”, “Compreender e construir novas relações de gênero”, entre outras. Porém o que se percebeu é que, para efetividade das cartilhas era necessário que elas não ficassem no âmbito das mulheres, que além do próprio empoderamento das trabalhadoras sem-terra, era necessário que se estendesse aos homens do movimento.

Uma das coordenadoras do Setor Nacional de Gênero nos revelou que havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres e que era necessário que esta temática fizesse parte da própria estrutura organizativa do Movimento dividida em Setores e predominantemente ocupados por homens (GONÇALVES, 2009, p 208)

Segundo Barbalho (2002) as luta pelo reconhecimento das diferenças na esfera pública e privada, as tecnologias de comunicação e todo o processo discursivo que transforma a prática social, devem dar representação e legitimação a todas as culturas que coexistem; colaborar para o reconhecimento das diferenças colocando em exercício sua função dialógica; dar voz as minorias, visto que hoje ter voz e espaço de fala é ter poder.

Sendo a comunicação um direito básico para a cidadania plena, a luta pelos direitos humanos e pela inclusão social deve caminhar lado a lado à mídia,

[...] novos instrumentos de comunicação – internet, blogs- contribuem na formação de movimentos de opinião, geralmente radicais, que questionam mais o sistema político econômico do que a categoria dominante. (TOURAINÉ, 2009, p.183).

Se apropriar da comunicação e usá-la a seu favor, é o que os movimentos sociais deveriam e estão fazendo, seja por rádios livres, revistas e jornais independentes, ou com formas de expressão cultural como pixo e o teatro de rua. Essa é forma que os movimentos possuem de publicitar suas demandas e suas atuações, além de dar a visibilidade aos atores e atrizes sociais de uma forma mais responsável. Não é possível confiar nas mídias hegemônicas para esse tipo de consciência social, pois essa não está interessada em transformações e mudanças sociais da perspectiva popular. Portanto é necessário que os movimentos sociais se apropriem da comunicação almejando mudar as práticas sociais, desta

forma, obter conquistas no cenário político, econômico. As mulheres do MST devem ser reconhecidas como atrizes políticas que negociam suas pautas no espaço interno e externo ao movimento, como mulheres do campo e como trabalhadoras sem terra, que obviamente não são identidades desassociadas.

Segundo Barbalho (2004) usar da comunicação nos movimentos sociais é estimular que os indivíduos acessem suas subjetividades e criem seus próprios canais com o mundo. Touraine (2009) diz que, sobre construção do sujeito: “quanto mais refletimos, mais libertamos em nós uma subjetividade que tudo, na vida imediata, esconde e rejeita” (TOURAINÉ, 2009, p. 153). Através dos fazeres comunicacionais conscientes, ter a possibilidade de construir uma cidadania falando e afirmando as diferenças para levantar discursos políticos emancipatórios que combatam as desigualdades. Com isso, a responsabilidade do MST com seu movimento de minoria, que no caso são as mulheres trabalhadoras sem terra, é de construir um debate emancipador a partir da ideia da diferença das mulheres e dos homens, das mulheres do campo para as mulheres da cidade. As mídias do MST devem ser responsáveis por levantar esse discurso e fomentar uma nova perspectiva de cidadania, representação, política e democracia. (Giddens, 2002 in Barbalho, 2004)

Quando um grupo revolucionário propõe uma nova forma de produção e uma nova forma de sociedade, como o que é sabido do MST, se pressupõem que as opressões sofridas no atual sistema de produção – o capitalismo – sejam superadas. É bom frisar que a mulher que luta pela reforma agrária se esbarra em duas grandes barreiras, uma é a hierarquia de poder, relacionada ao gênero, dentro e fora do movimento e a outra é a “ordem econômica que se reproduz produzindo desigualdades” (GONÇALVES, p. 213). O que se percebe, então, é que interno ao movimento há a “influência de fatores culturais ligados à religiosidade popular, aos meios de comunicação e a projetos, às vezes, contrários aos seus objetivos de classe” (PAVAN, 2000). Sendo assim é imprescindível na luta contra o machismo a presença das mulheres nesses espaços e a representação delas na mídia para que se legitime a sua presença, dando visibilidade ao seu trabalho e sua luta. O estudo entorno dessas práticas discursivas se torna fundamental quando todo o conteúdo produzido deve ser elaborado com cuidado redobrado, pois este, diferente da mídia hegemônica, deve ser representativo, entendendo, assim, sua importância de transformação social.

É possível concluir que as mídias do movimento, como o site, o jornal, a *frontpage* devem estar com um discurso alinhado com as trabalhadoras e as cartilhas que elas construíram: com a representatividade e a visibilidade devida, com poder de fala, reafirmando os discursos de igualdade, autonomia, justiça social e inclusão. Para que, dessa forma, as desconstruções do machismo não se restrinjam às cartilhas, mas a toda estrutura do MST, desde sua base até suas lideranças, atingindo a mídias do movimento.



Figura 1. Fonte: Coletivo Nacional de Gênero, (2000, p. 13) ¹⁷

CAPÍTULO II

Representações sociais e comunicação

Este capítulo trará conceitos de Moscovici e Jodelet para ampliarmos o estudo sobre representação social. A partir deles poderemos entender a centralidade da experiências nas representações sociais, sendo essa última influenciada pelo mundo ideológico, práticas sociais e normas institucionais. Também trabalharemos com Berger e Luckmann na construção da realidade social. Além disso, traremos os conceitos de Barbalho no que tange as questões da mídia como potência transformadora de mudanças sociais.

2.1 - A noção de representação social

Ao nascermos, somos inseridos em uma estrutura social já construída, onde valores, crenças, ideologias, hábitos são passados a nós por um processo de socialização que determinam preceitos, criando consenso e guiando a conduta do indivíduo (Jodelet, s/d).

Os estudos de representação social de uma forma geral, situam a origem do termo e conceituação na perspectiva da sociologia, mais especificamente na abordagem apresentada por Durkeim (1898) sob a denominação de representação coletiva. Diversas denominações

¹⁷ Figura encontrada no artigo de Gonçalves (2009, p. 207)

surgiram, no entanto, apesar de como é designada, trata da relação entre a significação, a realidade e sua imagem.

No campo da filosofia destacam-se dois olhares opostos sobre o tema. Um deles considera a existência de uma realidade ontológica dissimulada pelas aparências irreais do mundo. Já para o outro posicionamento há uma realidade ontológica proposta e o sujeito existe num mundo de construção do real.

Em psicologia social, a representação é formulada por Moscovici (1972) e tem como função a interpretação da realidade e de duas relações simbólicas para chegar a uma cadeia de significações, de forma que se enquadra nessa visão as crenças de grupos, o conhecimento produzido e compartilhado, a opinião que determina comportamentos individuais e consequentemente, as culturas.

Segundo Berger e Luckmann (2006), todo esse campo simbólico e de significações constituem um acervo de saberes que nos é passado nesse processo de socialização que chamamos de “conhecimento pragmático”, onde a funcionalidade dele é de ser instrumento que nos ordenam e conduzem na famigerada vida social. Ao nos relacionarmos com o mundo, usamos desses mesmos instrumentos para constituirmos as representações sociais. A importância da representação da mulher, nesse contexto contemporâneo está atrelada a construção identitária, sendo que a comunicação se torna uma indústria que implica em produzir significados. (Silveira, Rosini, 2001)

Segundo Simões (2010), representação social é uma “rede de significados” que, em nossa vida cotidiana, orientam nossas práticas e relações sociais identificando ou resolvendo problemas que acessam a essa representação. Ou seja, a relação que envolve o indivíduo e a sociedade é bastante complexa, pois é um sistema não autônomo (Jodelet, s/d) de influências mútuas entre as representações com o mundo, do mundo com as representações. Segundo a autora

Por isso as representações são sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la. (JODELET, s/d, p.1)

Essa realidade é construída socialmente e orienta nossas condutas cotidianas através das ordens sociais institucionalizadas, que são práticas sociais repetidas e reafirmadas tantas vezes que são legitimadas pelos indivíduos sem que se questione o porquê, se tornando um conhecimento pragmático e subjetivo aos indivíduos, o que Barbalho (2004) chama de tendência. Nesse processo simbólico de constrangimentos mútuos entre indivíduos e o mundo operam, nessa realidade social, as representações de forma que compartilhamos e nos

apoiamos nelas podendo, então, confrontar ou gerenciar essas representações, mantendo ou modificando as tendências que falamos anteriormente (Jodelet, s/d). A partir dessas tendências se constitui o senso comum que, segundo Jodelet (s/d) não pode ser tido como conhecimento falso, mas sim, conhecimento “ingênuo”. Sendo o estudo das representações uma análise dos conhecimentos em determinados conteúdos, dos fluxos deles e a apropriação dos mesmos pelos indivíduos, entendemos que este é um estudo das funcionalidades cognitivas, porém de forma objetiva. Ou seja, não vamos estudar os processos psico-cognitivo (o processo de aprendizagem), vamos voltar nossos olhares aos conteúdos e a partir deles entender esses saberes que são as representações sociais do indivíduo, pensando nos suportes que está dado e quais a relação deles com a realidade social.

Logo, estudar as funcionalidades cognitivas objetivamente depende do próprio conteúdo e da estrutura do conhecimento: elementos sociais, informações, imagens, valores e crenças ali expostos, entre outros. O conteúdo e a estrutura são relacionados ao conceito de *ancoragem* que Jodelet (s/d) diz produzir duas formas de influências: enraizar o objeto a sua representação e instrumentalizar o saber para dar valores a essa representação interpretada e, dessa forma, “gerir o ambiente”.

A representação social não é de fato o objeto ou o sujeito, ela ocupa a posição dele para ser interpretado e o significado é construído pelo indivíduo, “estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma ‘construção’ e uma ‘expressão’ do sujeito” (Jodelet, s/d, p. 9). A representação social não pode ser explicada isoladamente por não ser autônoma e envolve uma série de elementos sociais dinâmicos, o que inclui a própria experiência dos atores sociais envolvidos, que é elemento chave nesse processo cognitivo de apropriação dos significados. Essas experiências interiorizadas, juntamente com as práticas sociais, as condutas, os pensamentos dialogam com o contexto, o próprio indivíduo e todos os fatores externos a ele em meio a um cenário preenchido por manifestações simbólicas (Simões, 2012). Dessa forma se cria essa relação dialógica das realidades sociais e as representações. Morigi (2004) diz que como essas representações não são da natureza humana, ou algo biologicamente explicável, elas são fixadas em nossas consciências para formação de um sistema de representação coletiva, que segundo Jodelet (s/d) nos proporciona o sentimento de pertencimento a um grupo e todas as implicações afetivas e normativas que tangem a ele.

Com essas representações que os indivíduos fundamentam seus juízos de valores, suas formas de agir, pensar e todas as suas relações sociais, e nesse ponto chegamos a relevância desses estudos, pois estamos debatendo sobre o viver em sociedade e de que forma estamos

inseridos e moldados a ela. Com os volúveis e heterogêneos sistemas de unificação da sociedade civil (igreja, escola, jornais, entre outros), cresce a importância de representações sociais que Morigi (2004) diz ser essencial para funcionamento da sociedade. Isso se dá pela constante produção e reprodução de saberes, dialogando com a forma que os indivíduos atribuem sentido a todo campo simbólico e, então, fundamentam a prática social. Dessa forma, as representações se tornam cada vez mais importantes e cada vez mais dinâmicas, para se moldar à vida cotidiana e se tornar parte da realidade compartilhada (Moscovici, 2003).

Deste ponto de vista, as representações sociais são abordada simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade (JODELET, s/d, p. 5)

Sendo o compartilhamento um elemento essencial para a formação e interpretação dos sujeitos, pensamos nos conteúdos dessas representações como atividades concretas com marcas dos sujeitos e objetos representados, numa dinâmica que depende da construção dessa representação, da interpretação e da expressão do sujeito (Jodelet, s/d). Logo a representação incide nas análises dos conhecimentos que são colocados em expressões como linguagem, comportamentos, imagens, que são o que Jodelet chama de suportes desses conhecimentos.

As repressões são ligadas a construção de uma identidade que está sempre em mutação baseando-se nas práticas, experiências, discurso político e conjuntura histórica. Ou seja, segundo Jodelet (s/d) as representações fazem a manutenção dessas identidades – seja por gerenciamento ou aderindo a um elemento novo – equilibrando um processo cognitivo importante: “quem sou” e “coisas que dizem que sou”, onde o primeiro não muda os “quadros mentais” da representação e o segundo encoraja mudanças. É no segundo processo que está a função sócio-cognitiva de familiarizar o novo, transformar e trazer para a realidade. São os processos que não incentivam ao novo que se marcam e naturalizam as desigualdades sociais. Dependendo desse processo e das experiências com o mundo, por exemplo, “comandadas pelo nível social do ator e descobrir que as pessoas que dispõem de uma maior segurança são mais conservadoras que as pessoas que aquelas que estão expostas à insegurança” (Touraine, 2009, p. 140). Dessa forma, as identidades formadas por essas representações mediam a realidade compartilhada e o próprio comportamento em grupo. (Bonomo, Trindade, Souza, Coutinho, 2008). Dentro de um coletivo que vê em situação desfavorável, as representações podem colocá-lo numa posição mais contestável. Nos estudos de Berger e Luckmann

[...] a validade do meu conhecimento da vida cotidiana é suposta certa por mim e pelos outros até nova ordem, isto é, até surgir um problema que não pode ser

resolvido nos termos por ela oferecidos. Enquanto meu conhecimento funciona satisfatoriamente em geral estou disposto a suspender qualquer dúvida a respeito dele. (BERGER E LUCKMANN, 2006 p. 63)

Quando falamos em representações é importante salientar elementos com relação ao caráter social dela, explicitado por Jodelet (s/d) devido a esse processo que não é unidimensional, pois necessita ser compartilhado. O compartilhamento é um dos elementos importante nas relações sociais, pois está diretamente ligada a relação do indivíduo com mundo, pois é com ele, através dos processos comunicacionais, que as representações são propagadas e se inserem nas condutas do indivíduo. Outro elemento das representações é o “estatuto epistemológico” que corresponde as nossas orientações, relações sociais, nossa dinâmica da vida em sociedade que depende do interesse do grupo a qual o indivíduo pertence. Nesse segundo item se dá a construção de um sujeito/objeto moldado com valores e códigos a serem interpretados, logo, compartilhados novamente. Essas representações possuem três efeitos que serão utilizados nas análises mais adiante: (1) a distorção, onde todos os atributos do objeto representado aparecem, porém uns mais acentuados e outros minimizados; (2) suplementação, que é o processo de aumentar atributos e, na contramão, (3) desfalque, onde minimizam os atributos.

Visto que o compartilhamento é um elemento importante no processo sócio-cognitivo das representações sociais, concebe-se, segundo Jodelet (s/d) a dinâmica de três fatores importantes com relação a esse compartilhamento, onde acontece um jogo de determinações que liga a estrutura social às relações sociais (o quadro criado por mim para melhor visualização):

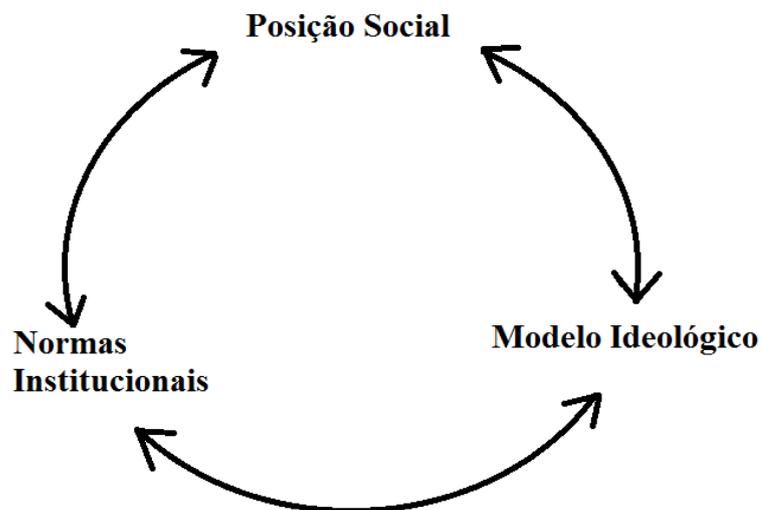


Figura 2. Título Esquema de Elementos que articulam e Influenciam as Representações Sociais.

Nesse sentido, na condição de quem está construindo através dos suportes linguísticos as representações, esses efeitos são percebidos conforme a posição social que ocupa e suas ideologias e crenças atreladas a ela. A forma com que o indivíduo, segundo seu posicionamento, se coloca nesse sistema demonstrado acima, é que se dão as representações sociais. Por outro lado, a forma com que o indivíduo interpreta através das suas experiências e do acervo de conhecimento pré-existentes a ela, é que vai determinar de que forma ele vai consumir esses processos simbólicos que são as representações sociais.

Segundo Simões, a relação da experiência com a representação se dá na seguinte lógica: existe um (1) mundo antes do texto, onde já há uma linguagem, mas depende do agir humano; (2) o mundo do texto, onde se concretiza o uso da linguagem para configurar os sentidos e significados e (3) o mundo do leitor, que é o processo onde ele, a partir das experiências que viveu, acessa ao texto, interpreta e internaliza-o com o esse resgate histórico das experiências passadas atualizando seu repertório cultural, suas relações, sua forma de se integrar e se mostrar diante das instituições e suas normas, do mundo ideológico e da sua posição social.

2.2 – Representações sociais na mídia

As representações sociais na mídia são essas redes de significados dentro de um amplo campo simbólico, que são relacionais, pois dependem da interação do indivíduo com uma série de fatores, centralizando o debate na experiência do mesmo (Simões, 2010). Para elucidar o debate é necessário entender que essas experiências são “ações racionais e emocionais que eles realizam no mundo” (SIMÕES, 2010, p. 2) e nesse sentido depende da interação entre a percepção, interpretação, as experiências anteriores que já foram consumidas e deram significados ao mundo, e a influência do contexto social. Segundo Jodelet (s/d) sobre as representações sociais

[...] incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, visto que engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica. Enfim, a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas. (JODELET, s/d p. 13)

A linguagem constrói o campo simbólico e, além disso, efetiva as experiências, a partir do que Simões (2010) conceitua como (1) inspeção, que o acesso a esse campo simbólico do sujeito e todos as significações acumuladas por ele; (2) decifram, a interpretação do sujeito através de suas experiências pré-existentes, numa retomada do passado, e (3) a elaboração mítico-poética, onde cria seu sentido a esse campo e internaliza-o afirmando ou reinventando novas práticas sociais.

Segundo Morigi (2004), um marco importante para se entender as teorias sociais foi a crise do sistema feudal paralelamente com a ascensão do capitalismo, que trouxe uma série de sofisticções e profundas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. Uma das teorias que emergiu dessa transformação foi a relação da sociedade com a comunicação, que no século XX, passou a ser mais presente e complexa conforme o avanço nas tecnologias, na disseminação de informação e processo de globalização.

Os meios de comunicação, nesse contexto, assumiram um papel que ultrapassa a condição de meros veículos das mensagens e dos conteúdos. Além de veicularem informações aos cidadãos eles, no processo da comunicabilidade da cultura e seus valores, são responsáveis pela produção dos sentidos que circulam na sociedade. Isso nos remete à teoria das representações sociais” (MORIGI, 2004, p. 3)

Ainda que as dinâmicas das representações sociais sejam mais antigas aos processos midiáticos que vivenciamos hoje, Moscovici traz a perspectiva da comunicação incidindo de forma fluida e dinâmica das representações sociais. O processo de midiaticização é extremamente influente na construção da nossa realidade social, pois, ela “administra e fomenta a partir dos seus pressupostos ideológicos e culturais” (MORIGI, 2004, p. 7). Segundo Moscovici (2003), são as plataformas de comunicação que aceleram as tendências e trazem consigo mudanças que aumentam a necessidade de uma ligação entre as ciências, crenças e nossas atividades como indivíduos sociais. O autor traz a comunicação como um suporte de emergência das representações, onde pode haver distorções das informações que constroem a linguagem (e assim constroem o campo simbólico que é internalizado pelos indivíduos) e dessa forma pode obter reconhecimento ou adesão da representação. Além disso, a comunicação incide na formação das representações, num processo cognitivo objetivo, como falamos anteriormente, mais as condições sociais que ela se forma.

Segundo Rodrigues (2000, in Neto, 2008) as mídias redesenham as interações sociais e as formas de viver experiências. São componentes culturais que devem ser levadas em conta na análise dos processos de representação social, pois, nas suas interações com os indivíduos, influenciam a prática social através da construção dos discursos – que podem ser de uma perspectiva hegemônica ou não. Nesse contexto, da cultura midiaticizada e sociedade em rede,

trazida por Castells (2002), em que opera a globalização das atividades, a informação instantânea, transformação de tempo-espaço; as plataformas de comunicação não são mais fenômenos auxiliares de um processo paralelo, são espaços de atuação dessa sociedade, que se tornaram complexos e virtualizada a partir de um sistema de mídia onipresente. Sendo nosso pensamento marcado pelo que o nosso grupo pensa da gente, onde se dão as representações, devemos entender a importância dos processos comunicativos visto que a comunicação também media essa dinâmica.

A sociedade midiaticizada, segundo Neto (2008), se torna referência nas interações sociais, pois os “constantemente enviados e reenvios de informações provocam profundas tensões e a necessidade de efetivas negociações entre os campos e atores sociais envolvidos” (MORIGI, 2004, p. 8) Logo, os atores sociais estão em intenso contato com representações, construção e desconstrução das realidades através dessas novas relações que se dão na sociedade midiaticizada.

A comunicação se coloca nesse contexto midiaticizado como um instrumento de ressignificação de conceitos de outras áreas, a matriz social e compreende em comunicar os indivíduos com um coletivo, matriz discursiva. Para entender os processos comunicativos, é necessário cruzarmos essas duas matrizes e, dessa forma, colocarmos a representação midiática como um processo fluido de ambas, onde as interações sociais e discursivas influenciam na construção dessa representação e na interpretação e internalização delas. Importante lembrar que a comunicação pode dar visibilidade a grupos ou indivíduos, mas esta não é representação de fato (Grohmann, 2014).

Para além de espaços de atuação das mídias, as representações midiáticas são determinantes para a desconstrução das mesmas representações que ela pode construir. Ou seja, o uso das tecnologias de comunicação e as formas com quem elas são usadas podem prosseguir reproduzindo antigas ordens discursivas ou romper com elas. Quando esses discursos reafirmam estereótipos e preconceitos com determinado grupo, eles podem ser rompidos pelo uso conscientes dos processos midiáticos. Mudando as perspectivas de representações através de novos símbolos, podemos alterar um sistema cultural que pode vir a excluir uma diversidade de indivíduos com suas singularidades de formas diferenciadas de viver. É o que Castells (2002) diz sobre a sociedade em rede ter propiciado um espaço de interação que resulta numa gama de diversidades e novas formas de ser.

2.3 - Representação midiática e mudança social

É fato que os meios de comunicação e todos os avanços tecnológicos nesse campo são instrumentos que podem reproduzir as antigas ordens sociais e manter dar controle a sociedade através de estratégias midiáticas ou podem contribuir para organizar grupos de indivíduos, desconstruir antigos dogmas e paradigmas e problematizar práticas sociais, em busca da autonomia para o sujeito. O processo comunicacional pode tirar o indivíduo de um isolamento social, expandir os saberes da sociedade dando perspectivas maiores e disseminar símbolos e discursos que alteram o panorama cultural da sociedade. Em geral, “atividades educacionais, formativas e informativas ainda se ressentem de uma visão restrita quanto ao potencial feminino” (SILVEIRA, KEGLER, 2010) e, em complemento, passam a construir uma representação da mulher além das suas habilidades e vontades.

Se apropriando da comunicação e deste fazer, os movimentos sociais – que não são representados nem visibilizados pela mídia hegemônica- usam dos instrumentos de comunicação para aumentar seus canais de diálogos. Exemplo disso é a apropriação dos movimentos sociais das tecnologias de comunicação para criar um canal de diálogo com a sociedade e com o próprio movimento, a exemplo disso, o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, a partir da década de 90 criaram cartilhas e panfletos para dialogar com o movimento sobre o distanciamento da teoria e da prática com relação ao machismo (Gonçalves, 2009). O resultado desse processo culmina 10 anos depois (ano 2000), as se organizam no 1º Acampamento das mulheres rurais, prontas para discutir reforma agrária, crédito rural, entre outras questões que não só debate de gênero. Percebe-se que os dispositivos midiáticos usados por elas colaboram para aumentar o debate de tal forma, a causar identificação de mais mulheres a um coletivo e possibilitando a auto-organização. É nesse sentido que os movimentos sociais e as minorias devem se apropriar das tecnologias de comunicação

[...] fica difícil interferir na circulação se não houver criação (ou produção) cultural das próprias minorias, ou seja, sendo impossível separar criação/circulação, emissão/recepção, ou tratá-las como esferas diferentes da luta político-cultural-midiática. (BARBALHO, 2004, p.5)

Portanto, é imprescindível para a mudança social ocorrer transformações nas práticas discursivas no campo midiático, visto que eles constroem realidades sociais e é um espaço de negociação de novas identidades e de reprodução das representações sociais, além de um espaço de experiências que o indivíduo consome. A luta pelo reconhecimento, segundo Barbalho (2004) passa pela esfera pública e privada onde, levando em consideração o

contexto social da sociedade midiaticizada perpassam processos comunicativos que podem gerir esse reconhecimento e alterar realidades sociais. Conforme Berger e Luckmann (2006), a forma com que expressamos a realidade pode ser chamada de “linguagem simbólica”, que são discursos muito importantes na vida cotidiana para entendermos a realidade compartilhada. A linguagem, através das palavras (símbolos), constrói campos semânticos (sentido das palavras nos discursos). As experiências do indivíduo fazem que o acúmulo dos campos simbólicos, logo semânticos, seja seletivo, pois depende da experiência do indivíduo e, em função dele (do acúmulo), forma-se o “acevo social do conhecimento”, que é passado de geração à geração através da socialização, é o que chamamos de “conhecimento pragmático”.

Mudando as perspectivas de representações construídas pelo campo simbólico e semântico, podemos alterar esse acervo quando ele vem a prejudicar e se torna um empecilho para a vida plena de determinados indivíduos. Transformando a forma com que construímos discursos, podemos mudar as funcionalidades cognitivas, que serão socializadas e internalizadas pelos indivíduos e, desta forma, alterar um sistema cultural que tende a ser excludente diante da ideia de universalização dos direitos (“somos todos iguais perante a lei”). Sem entendermos a importância dos processos comunicativos e seu potencial transformador, continuaremos a exercer de fato as violências simbólicas com grupos excluídos da sociedade, seja com piadas relacionadas com inteligência ou sua capacidade, reforçando estereótipos negativos e colocando determinado grupo como inferiores. Todas essas violências passam pelo fazer comunicação direta ou indiretamente, seja por publicidades com a objetificação sexual das mulheres ou por matérias com teor jornalístico que deixam de colocá-las como sujeitas ativas, ou quando justificam o feminicídio¹⁸ com “amor passiona”.

É necessário entender que uma violência leva a outros tipos, por exemplo, a violência simbólica pode levar a violências psicológicas, sexuais, econômicas e físicas, pois já falamos que as construções feitas discursivamente alteram a prática social, logo, possuem consequências na rotina. O fazer comunicativo perpassa intimamente todas essas transformações, pois pode tanto reafirmar discursos de ódio, ou preconceituosos, que vão estimular essas transformações, ou podem romper com esses discursos pré- estabelecidos e recriar novas práticas sociais alterando um mundo pré-configurado através de antigas experiências. A presença das expressões simbólicas é tão forte que transformam costumes, pois é um instrumento de socialização muito eficaz, no sentido de disseminação de conteúdo

¹⁸ Femicídio quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. (Lei 13.104/15)

e, além disso, pelo poder dinâmico que pode adquirir ao incentivar a reflexão da sociedade como um todo. Entendemos então que a comunicação tem papel político, como afirma Barbalho (2004), e podemos usá-la de forma que represente e legitime outras culturas pela ideia de “coexistência” afirmando as diferenças fazendo com que sejam reconhecidas.

A comunicação ressignifica conceitos de outras áreas, segundo Grohmann (2014), por isso ela é multidisciplinar e transdisciplinar, logo, possui uma matriz social. Além disso, todo indivíduo tem a necessidade de se comunicar com o coletivo, tanto que a linguagem está na origem da sociedade humana, desta forma, a comunicação também tem uma matriz discursiva. A partir dessas duas matrizes, social e discursiva, podemos voltar os olhos aos processos midiáticos e perceber como as relações sociais estão intensamente midiáticas e influenciam a forma de pensar e viver dos indivíduos dentro de uma cultura midiática em um novo processo de interação entre mídias e atores sociais (Neto, 2009).

Os conhecimentos passados pelos discursos orientam as relações sociais diante dos processos cognitivos que ocorrem, onde as representações são a manutenção das identidades. Logo, as representações coletivas são expressões das relações sociais que se pensam para o objeto (Jodelet, s/d). É necessário que usemos desses processos comunicacionais para alterar uma práxis social através das ressignificações simbólicas e do reconhecimento dos atores políticos da sociedade que estão em constante negociação nesse campo. O conhecimento pragmático construído na sociedade é um dos motivos para que a Ciência da Comunicação tenha uma função social transformadora. Os discursos propagados pelos processos comunicacionais acabam fazendo circular de forma midiática poderes simbólicos, sendo a midiática esse processo que se iniciou na Revolução Industrial e traz estudos das relações sociais e as formas simbólicas (Neto, 2009).

O perigo desse não questionamento são os debates que acabam caindo no senso comum, que são conhecimentos que fazem parte dos estudos epistemológicos, pois são importantes para a ordem social, porém não possuem embasamento científico para existirem (Jodelet, s/d). Eles não deixam de fazer parte da realidade, já que ela é construída socialmente, conforme Berger e Luckmann (2006, p. 40) “O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes na vida cotidiana”. Tornam-se problemáticos quando não analisam as reais deficiências estruturais da sociedade. O senso comum, sendo parte do conhecimento pragmático, faz com que associemos as representações sociais e internalizemos campos semânticos sem questionamentos até o momento em que nos surge um “problema”. Até esse problema aparecer, descartamos qualquer dúvida sobre determinado conhecimento. Quando o elemento problemático aparece,

o conhecimento pragmático não cumpre mais o prometido (Berguer e Luckmann, 2006). Então, a função dos processos midiáticos, principalmente os alternativos, é de fomentar essa quebra dos conhecimentos pragmáticos, principalmente no que tange aos papéis sociais institucionalizados. Construir uma forma nova de se representar socialmente é saber fazer uso das funcionalidades políticas da comunicação.

[...] esta posição afirma que uma ação midiática só pode ser transformadora do ponto de vista da política se ela também o for do ponto de vista da mídia; se ela provocar rupturas com o modo de operação político-midiático-cultural vigente constituindo linhas de criação alternativas. (BARBALHO, 2004, p. 5)

A midiaticização é um processo que envolve um conjunto de interações sociais e discursivas que, por sua vez, estão transformando a ordem da vida social. Dessa forma, criam-se novos valores e formas de interações que constroem novas formas de “práticas sociais, culturais e as formas de exercícios do poder” (MOROGI, 2004, p. 6). Ou seja, os processos discursivos estão ligados intrinsecamente aos valores da sociedade e à construção da realidade.

As representações influenciam as identidades, pois criam uma “realidade comum” e fornece aparatos para um indivíduo se identificar com aquela representação por sentimento de pertença a um grupo (Bonomo, Trindade, Souza, Coutinho, 2008). Isso quer dizer que os campos midiáticos migram para as práticas cotidianas justamente por suas plataformas de linguagem e de criação de sentido criar realidades. (NETO, 2008)

Nesse processo, os meios de comunicação na mediação e veiculação de informações (emancipatórias) ligadas ao direito à diferença e a diversidade cultural, associados aos movimentos ambientalistas, podem criar e recriar novas representações sociais capazes de mobilizar a vontade coletiva. (MORIGI, 2004, p. 12)

O campo midiático é um espaço de disputa política e os movimentos sociais que entram em conflito nesse campo por meio do uso dos meios de comunicação, então disputando espaço para seus projetos sociais. O objetivo desse embate político é saudável, no sentido de recuperar uma perspectiva de democracia real, que é verdadeiramente feita de embates políticos e não de sentidos comuns (Gohn, 2007). Além disso, é através dos processos comunicativo que é possível tirar da invisibilidade grupos excluído socialmente pela ordem econômica que esta dada, construindo identidade e sujeitos com uma práxis diferenciada. Sem cumprir esse papel, os atores e atrizes sociais seriam indivíduos coletivos, amorfos e sem identidade nesse contexto neoliberal (Gohn, 2007) onde os indivíduos são fragmentados e não entendidos como o conjunto de subjetividade e complexidade do ser humano.

Essa ordem global, a qual fomos apresentados ao nascer, através de suas estruturas - e com elas as tecnologias de comunicação – desterritorializam e descentralizam a sociedade,

causando uma comunicação em rede da “causa e efeito” (Barbalho, 2004). Consequência do processo da desterritorialização, por exemplo, é nossa falta de identidade latino-americana que torna nossos pensamentos colonizados dificultando compreender as necessidades, tanto econômicas, quando políticas e culturais, devido a nossa falta de conhecimento dessas singularidades latinas. Os processos midiáticos e o fazer comunicacionais podem transformar essa realidade, levando ao conhecimento público saberes que contribuam para a construção dessa identidade coletiva e reverter uma série de problemas que enfrentamos com a colonização dos nossos pensamentos como, por exemplo, a relação dos povos da América Latina com a terra.

Barbalho (2004) nos propõem dois conceitos com relação às tendências que facilita entendermos sobre nossas práticas institucionalizadas. (1) Refluxo são as tendências ou práticas sociais opostas que eliminam atores sociais, sendo que uma tendência domina a outra que perde, por sua vez, a intensidade para que a outra se beneficie. Já o (2) afluxo são as tendências e práticas em oposição e, ao contrário do refluxo, cria-se uma nova tendência e prática. As mídias hegemônicas devem evidenciar esses processos de dominação e criação de ordens, para que a não beneficiada saia com prejuízos ou que a criada possa ter espaço pra viver.

Usufruindo dos aparatos necessários para o individuo se identificar com as identidades criadas, é possível construir uma nova prática da sociedade, porém, a forma com que o individuo vai consumir essas significações depende muito da própria experiência do individuo, do momento de acesso a essas mensagens e da interpretação que ele dá no contexto que vive. Incentivar o movimento de afluxo na sociedade, para que o embate de duas expressões com o mundo não se tornem uma relação de subjulgamentos e opressão, mas sim umas práticas de ampliação das práticas sociais, com diversidades legitimam e incluídas como sujeitas ativas. Para além dos processos simbólicos de comunicação, a mudança social está também em mobilizar a opinião pública, articular os atores político e dar visibilidade à grupos de indivíduos que são excluídos. É desta mudança social que estamos falando, mudar nossos discursos de raiz opressores pra incluir na sociedade e criar políticas públicas a sujeitos que estão historicamente em desvantagem e vulnerabilidade social.

[...] o viés comunicacional deve atentar para esse movimento de produção e atualização do simbólico a partir da ação dos sujeitos no mundo; deve procurar apreender como as experiências fundam as representações, as quais, por sua vez, reorientam as ações dos indivíduos que atualizam experiências; deve, enfim, buscar dar conta da dinamicidade e da complexidade do

processo que constitui as representações a partir das experiências individuais e coletivas que constroem a vida social. (SIMÕES, 2010, p. 17)

A representação, então, depende de uma série de fatores internos e externos ao indivíduo. Conforme Durkheim (2007, in SIMÕES, 2010) as representações começam na experiência dos indivíduos, a partir dela, ele constrói a vida representativa e suas significações. Essa relação se dá a partir de todo um processo linguístico e simbólico que controla o fluxo de significado dessas representações que, como um fenômeno que influencia a prática social, vão orientar a forma de vida dos indivíduos que se relacionam com essas representações numa influência mútua. Ou seja, sendo esse processo simbólico que constrói a própria experiência do indivíduo e a intensidade dela, presumimos a importância do fazer comunicacional como ferramenta de negociação de poder, compreendendo a relação entre ele e subjetividade do indivíduo. Nesse sentido, a função social da comunicação é dar suporte para que todas as experiências possam ser manifestadas sem que uma agride a outra gerando pré-conceitos e desigualdades.

Assim, a concentração da comunicação para poucos se torna problemática, pois está relacionada com esse jogo de interesse de poder, e a representação social dos indivíduos é construída conforme esses interesses (Jodelet, s/d). Por isso a importância de construir espaços para usar do fazer comunicacional de forma diferente, não reproduzindo em suas plataformas as premissas das velhas mídias dos conglomerados hegemônicos. Espera-se dessas mídias alternativas que defendam o interesse de classe, grupos, comunidades, com as especificidades dos segmentos que surgem, como a questão de gênero. No caso das mídias dos movimentos sociais é necessário que desconstrua o isolamento político e (re)crie uma unidade política que garanta os três principais aspectos de um movimento social, segundo Touraine (1977): identidade, que o que cristaliza a ideia e os valores desse movimento; oposição, o que gera o conflito; e totalidade, que são as propostas dos dois lados da disputa de um movimento. Por isso é muito importante existam diversas fontes de informação e formas de se comunicar, para que se construa na base da diversidade uma verdadeira democracia a partir de uma mídia democratizada.

CAPÍTULO III

O CAMINHO METODOLÓGICO: da apropriação do método à análise dos resultados

A partir dos conceitos estudados até agora, iremos articular com um caminho metodológico escolhido para chegar aos resultados da pesquisa. Usaremos a corrente de análise crítica de discurso para olharmos os Jornais Sem Terra e os conceitos de representação social, sendo necessário os estudos prévios sobre movimentos sociais, feminismo, movimentos do campo e MST

3.1 - O caminho metodológico percorrido

A pesquisa de caráter qualitativa onde “os estudos de fenômenos da comunicação e suas intersecções dentro da cultura contemporânea se constituem como objetos de pesquisa em nossa área” (LOPES, 2003 in KEGLER, 2012). Em torno das especificidades de um determinado grupo que se torna, então, objeto de pesquisa: as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a pesquisa visa encontrar os formas de representação da mulher militante do MST no Jornal Sem Terra e como se dá construção da sua representação na transmissão de sentidos através dos discursos mediados.

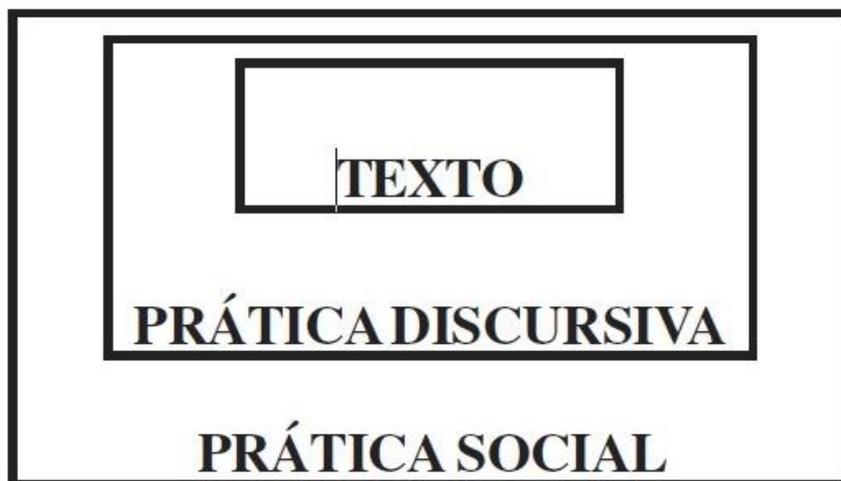
Considerando então um processo histórico desde luta de classes e da luta por direitos das mulheres, encontramos a intersecção entre essas duas lutas e, a partir daí, entendemos como essa se articula nos estudos dos processos comunicativos representacionais. Buscamos através de uma noção histórica do movimento feminista com a luta de classe no segmento rural, entender que nesse “vaivém, entre o passado e o futuro, que o território, também através das TICs e mídias e suas intersecções com as mais variadas temáticas sociais, constroem, afirmam e reforçam representações e papéis” (KEGLER, 2012, p. 9)

Os métodos científicos usados para a investigação da representação da mulher militante do MST iniciam pela Pesquisa Bibliográfica, fazendo uma pesquisa sobre o que já foi produzido cientificamente com relação ao Feminismo, MST, Movimentos Sociais, Representação Social, Comunicação e transformação social, Questões de Gênero e Mulheres Rurais. O objetivo da Pesquisa Bibliográfica foi buscar os caminhos percorridos com conceitos de movimentos sociais e relação deles com a transformação da sociedade, a noção histórica do feminismo e da mulher do campo, dessa forma entender a importância desse movimento no cenário brasileiro e o processo de luta da trabalhadora sem-terra interno ao MST. Desta forma, me aproximar dos conceitos chaves da pesquisa e das teorias que tangem a esse trabalho que nos ajudará a entender a importância (ou se há importância) da forma com que se representa a mulher militante do MST e presença delas nos espaços e debates políticos.

A partir da proximidade com os conceitos norteadores, partimos para Análise Documental que foi a imersão no objeto estudado nas plataformas online, por exemplo, onde se encontra a história do movimento contada por eles mesmos, além das imagens e dos próprios jornais analisados. Cruzando os dados foi possível visualizar uma linha cronológica da atuação do MST no campo político, da articulação e desenvolvimento das ideias feministas no campo e na cidade e nos localizar historicamente para entendermos o contexto atual. Segundo Minayo, “o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (MINAYO, 1994 in KEGLER, 2012 p. 9).

O próximo passo foi a realização da coleta de material, onde busquei os jornais do ano de 2014 e selecionei as matérias através de critérios pré-estabelecidos: matérias que pautavam questões voltadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - mobilizações, suas articulações, ações, dinâmicas e reflexões políticas. Após, usamos da Análise Crítica do Discurso elaborada por Fairclough(2011) e sua teoria sobre o poder de transformação social que as práticas discursivas possuem na construção da metodologia acolhidos pelas evidências teóricas trazidas nos dois primeiros capítulos de que as representações sociais nas mídias são importantes de serem analisadas pois atuam diretamente nas práticas sociais dos indivíduos.

Paralelo a essa segunda etapa, foi usado um questionário, técnica metodológica para nos aproximarmos das práticas discursivas com relação a produção do Jornal. Quem respondeu o questionário foi o Editor-Chefe do Jornal no ano de 2014 e, ao obter todos esses materiais e recursos teóricos consegue-se investigar as representações sociais das militantes que de dá em torno da tríade de Fairclough (2001): práticas sociais, práticas discursivas e texto nas transformações das relações de gênero no dos movimentos sociais.



Quadro 2 - Concepção Tridimensional do discurso em Fairclough (1992, p 101)

Com relação a escolha do objeto se dá, em um primeiro momento, pelo meu envolvimento com os movimentos sociais e com o feminismo como forma de desconstrução das opressões patriarcais do sistema e a forma mais evidente a mim de emancipação e autonomia da mulher. Nesse processo de inersão nos movimentos sociais é perceptível uma questão um tanto paradoxal: internamente ao movimento, existe a reprodução do discurso machista, opressão estruturada em um sistema que esses mesmos movimentos confrontam. Outra questão bastante marcante aos movimentos sociais e nos debates de esquerda, é hierarquização das pautas: a luta de classe e o feminismo se encontram em diversas vezes confrontados quando se discute qual luta será prioridade. Esses paradoxos acabam enfraquecendo os movimentos sociais e enfraquecendo o poder transformador deles, pois o fragmenta não num sentido de consciência da diversidade, mas coloca os atores políticos uns contra os outros.

As mulheres possuem um tempo de atraso na ocupação dos espaços políticos e de debate, necessitando de um esforço maior para sua emancipação, “Para as mulheres, menos habituadas às discussões políticas e econômicas, esses conflitos, muitas vezes, se transformam em obstáculo [...]” (PAVAN. 2000, p 39).

Diante disso e dos estudos teóricos propostos aqui com relação a potência transformadora e legitimadora da comunicação social, como um instrumento de construção de novas relações sociais através de novas formas de representações sociais se dá a escolha de estudar a representação das mulheres do MST nos Jornais sem Terra. Quando um grupo revolucionário propõe uma nova forma de produção, uma nova forma de sociedade, como o que é sabido do MST, se pressupõem que as opressões sofridas pelo seus atores políticos no atual sistema de produção combatido irão ser superados pelo desejo de mudanças desses grupos. É bom frisar que a mulher que luta pela reforma agrária se esbarra em duas grandes barreiras, uma é a hierarquia de poder, relacionada ao gênero e com relação a luta de classe como trabalhadora. O que se percebe, então, é que interno ao movimento há a “influência de fatores culturais ligados à religiosidade popular, aos meios de comunicação e a projetos, às vezes, contrários aos seus objetivos de classe” (PAVAN, 2000). Sendo assim é imprescindível na luta contra o machismo a presença das mulheres nesses espaços e a representação delas na mídia para que se legitime a sua presença, dando visibilidade ao seu trabalho e sua luta, criando novas relações sociais, e este é o ponto mais importante da mudança que o fazer comunicacional pode trazer. O estudo em torno dessas práticas discursivas se torna importante por ser uma gama de processos cognitivos acontecendo num campo comunicacional em um processo de negociação com as experiências de cada indivíduo.

Sem perder de vista o caráter de classe que a própria luta pela terra impõe, a trajetória das mulheres do MST é exemplo significativo de como dentro dos diferentes espaços se pode desconstruir e reconstruir as chamadas relações de gênero. (GONÇALVES, 2009, p. 214)

O MST é um movimento social e popular que tem algumas especificidades por incluir em todo o processo – desde organizar o assentamento e se instalar ao processo produtivo – atores sociais que em outros movimentos acabam ficando ausente: mulheres, jovens, crianças, idosos (PAVAN, 2000). As trabalhadoras sem-terra atuam de forma ativa na tomada das terras estando lado a lado do homem na organização do trabalho e moradia, na educação, saúde, socialização dos filhos, trabalho na roça e em casa, ou seja, possuem papel fundamental. Porém após os acampamentos estarem estruturados acaba sendo reproduzindo dentro dos assentamentos a divisão sexual do trabalho – como acontece no dia-a-dia do sistema contestado pelo próprio movimento- e os trabalhos realizados pelas trabalhadoras, ainda que fundamental, são desvalorizado por homens, mulheres e pelo poder do Estado quando não reconhece suas atividades como trabalho.

O Jornal Sem Terra é a plataforma de comunicação mais antiga e tradicional do movimento. Ele é distribuído para todo o Brasil como afirma o editor-chefe do jornal. Possui características de combate ao capital muito forte e se coloca contra a hegemonia dos meios de comunicação. Ao entendermos os meios de comunicação como o Jornal Sem terra como é um campo de negociação de identidades que exerce influencia sob o cotidiano do MST, e pela necessidade de trazer justiça social, autonomia e solidariedade as mulheres que enfrentam dois grandes obstáculos analisarão a seguir as formas de representação social dessas mulheres. A fim de entender quais as relações sociais que o movimento propõe demonstradas na representação delas pelas mídias através dos discursos para que, com base nessa análise, o próprio movimento se recicle. “Mas a particularidade do estudo das representações sociais é a de integrar na análise desses processos o pertencimento e a participação sociais e culturais do sujeito” (JODELER, s/d, p. 9)

3.2 - As mulheres do MST nos Jornais Sem Terra do Ano de 2014

Como vimos anteriormente os movimentos sociais necessitam de formas de se comunicar com a sociedade e com os próprios militantes. Usam de diversas plataformas midiáticas para se articular internamente, dar visibilidade as pautas, criar canais de comunicação com a sociedade e, dessa forma, adquirir simpatizantes e dar a ela o controle

social diante das disputas políticas que podem vir a gerar conflitos. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) é um dos maiores e mais legitimados movimentos do campo e cidade. Sua luta e suas pautas são reconhecidas devido a incansáveis mobilizações e articulações políticas, onde entendem a comunicação como um fator importante nesse processo, pautando, inclusive a democratização da mídia. Segundo o editor-chefe do jornal

“é claro que precisamos dos meios de comunicação para dialogarmos com a sociedade (não apenas o MST, mas todos os movimentos populares), por isso temos que construir ferramentas que fazem esse papel contra hegemônico ao mesmo tempo em que lutamos pela democratização dos meios de comunicação” (Editor-chefe, 2015)

A escolha do Jornal Sem Terra (JST) para as análises discursivas se dá pela intrínca relação do movimento com essa mídia, que nasceu justamente com o MST em 1984 com o objetivo “ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então”



Figura 3: História do Jornais do MST. Fonte: site do MST

A escolha do ano de 2014 se dá por dois motivos principais: aniversário de 30 anos do movimento e do Jornal que conforme o editor-chefe “É uma ferramenta importante para o MST, sobretudo se analisado historicamente, o papel que ele cumpriu”, além disso, no ano de 2015 não foi produzido nenhum jornal por “questões financeiras”, segundo o editor-chefe. Foram analisados os quatro jornais produzidos em 2014, totalizando 19 matérias: cinco do mês de Fevereiro, cinco do mês de Abril, seis de Julho/Agosto e três do mês de Dezembro. A escolha das matérias para análise foi feita a partir de suas temáticas, sendo selecionadas aquelas que eram voltadas á articulações, mobilizações, eventos e reivindicações do movimento Sem Terra.

O jornal tem uma característica anti sistêmica muito latente, com discursos de esquerda muito forte e de combate ao capital, ou seja, ele por si é uma mídia contra hegemônica de denúncia que pauta reforma políticas, reforma agrária popular, soberania alimentar, democratização da mídia e luta de classe, sempre se colocando na condição de meio de comunicação da classe trabalhadora. Constrói essa identidade de classe de forma evidente, trazendo palavras de ordem¹⁹, historicidade e um teor de coletividade e cooperativismo nas praticas textuais. O Jornal Sem Terra possui uma tiragem de 10 mil cópias e o custo da assinatura do jornal é de R\$ 35, 00. Ele é voltado para a base do movimento, assentados(as) e acampados(as). Com relação a distribuição dele o editor explica que além das assinaturas ele é enviado para as Secretarias Estaduais que ficam responsáveis por distribuir o JST, além disso são disponibilizados nos espaços de formação.

A editoria do Jornal Sem Terra é composta por uma maioria de homens: em Fevereiro a equipe é de três homens e duas mulheres, nas edições de Abril e de Julho/Agosto são três homens e de mulheres e em Dezembro quatro homens e duas mulheres. Sendo que uma mulher em todos os meses é responsável pela venda. O Jornal é produzido na Secretaria Nacional do MST onde eles fazem reuniões com um coletivo em que participam outros Setores do MST “como produção, educação, formação, coletivo de juventude e cultura, etc”. O editor aponta que nesses espaços, em coletivo, que são pensadas as pautas do Jornal e em quem poderia se responsabilizar pelos textos: “nós ou terceiros, seja do MST ou parceiro nosso, como professores, intelectuais, dirigentes”.

Com relação à formação na área de comunicação dos responsáveis pela produção do Jornal Sem Terra o editor-chefe diz: “costumamos ter três pessoas formadas na área na secretaria nacional, e mais os outros responsáveis nos estados.”

Usamos metodologia de análise discursiva de Norman Fairclough (2001) intitulada “Discurso e Mudança Social” para investigar através da tríade analítica: (1) texto, (2) prática discursiva e (3) prática social, como se dá a representação midiática das mulheres do MST no Jornal Sem Terra no ano de 2014. A articulação desses três pontos identifica as relações de sociais estabelecidas discursivamente e nas práticas diárias, onde Fairclough afirma que e a linguagem molda a estrutura social e é moldada pela mesma (Fairclough, 2001).

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre ‘pistas’ no texto. (FAIRCLOUGH, 2001 35-37)

¹⁹ Brados usados em manifestações e mobilizações que marcam as formas ideológicas e os motivos das ações.

Entendendo a importância da representação midiática como forma de estabelecer novas formas de práticas sociais, o estudo da representação das mulheres reflete o nível do debate de novas relações de gênero interno ao MST. Além disso, colaborar com uma mídia contra hegemônica que alinhe pautas, ancorados em bandeiras e discursos das minorias. Na análise constamos três pontos de intersecções importantes da prática discursiva e do texto em que se dá a representação midiática da mulher do campo: (1) o uso frequente da instituição “família” como organismo de luta e combate e (2) a falta de representação da mulher como fonte de informação, logo, (3) o homem como fonte de informação frequente. Esses três pontos factuais constroem a representação social da mulher como membro omissa dentro da instituição familiar e, colocando o homem como porta voz do movimento e dessas famílias, sujeita as mulheres a papéis sociais tradicionais.

Outro elemento evidente na análise cria um paradoxo com relação a representação social da mulher, pois, nos poucos espaços que lhe é dado o poder de fala – consultadas como fontes de informação – ou quando há matérias voltadas as questões de gênero e mobilizações de mulheres (que são mínimos), nesse momento sim vemos a representação delas como quebra de um discurso hegemônico. A experiência como elemento central da representação se evidencia nos discursos diferenciando nos discursos esse diálogo. Como já foi dito, sobre a importância da relação da posição social, das normas institucionais e do modelo ideológico na dinâmica das representações sociais se dá na forma com que o individuo se posiciona nesse triângulo.

Dessa forma, as mulheres militantes do MST quando estão na posição de produtora de conteúdo e/ou fonte de informação se confronta com as normas institucionais e os papéis sociais que essas normas modelam. Com relação com o modelo ideológico entendemos que ela se alinha ao modelo do MST marcado por coletividade e uma nova forma de consumo e produção que confronta outro modelo ideológico, de uma grande estrutura social que é o sistema capitalista. Sendo que o primeiro possui vestígios desse segundo. Segundo o editor-chefe do JST

“A preocupação em relação a essa questão perpassa em todo o Movimento, e na questão do jornal não seria diferente. É claro que todo esse processo traz consigo algumas contradições, mas a preocupação é constante” (Editor-Chefe, 2015)

Então, as mulheres do MST ocupam uma posição social que, a partir das suas relações ideológicas com o mundo vigoradas pela militância no MST e de suas próprias experiências como mulheres – fator chave para as representações sociais - compreendem a contradição que

se dá nessa contradição e trazem esse paradoxo para as práticas discursivas. Jodelet (s/d) diz que a posição social ou a função que preenchem socialmente “determinam os conteúdos representacionais e sua organização, via a relação ideológica que mantêm com o mundo social”. O discurso delas está carregado da questão da diversidade, de estarem aproximando essas questões ao movimento e de colocarem como agentes ativas usufruindo do papel político da comunicação, em específico do Jornal, e do espaço que possuem nele. Nessas práticas discursivas ela é representada como uma atriz política, onde possui poderes reivindicativos diante das três pautas latentes: (1) recorte de classe conforme a sua posição na sociedade como mulher sem terra, (2) combatividade com relação a forma de produção da agricultura capitalista, vulgo agronegócio e (3) desconstrução das estruturas patriarcais dentro e fora do MST.

Num primeiro momento é possível analisar que a prática discursiva do Jornal Sem Terra possui uma falha com relação a representatividades das mulheres como fonte de informação, que é decisivo na construção da representação midiática delas. Das 19 matérias analisadas, 14 possuem entrevistas ou citam militantes como fontes de informações. Dessas fontes, apenas três são figuras femininas, onde uma é produtora e assentada, a segunda é coordenadora nacional e a terceira é diretora estadual. Segundo o editor

“Na reunião de pauta também tomamos cuidado na distribuição dos conteúdos, buscando manter uma certa igualdade de gênero nos pedidos de textos que faremos, mas creio que a no final das contas a maioria dos textos são escritos por homens”
(Editor-chefe, 2015)

A intertextualidade presente em todas as matérias tem o objetivo de dar maior legitimidade ao que se afirma no texto a partir de um distanciamento do(a) autor(a) e, assim, usa-se termos que ampliam o grau de importância dessas falas como “frisou”, “afirmou”, “avaliou” ou “segundo”. “A representação do discurso é obviamente uma parte importante das notícias: representações do que as pessoas disseram e que merece ser notícia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 140). Dar voz a uma mulher a colocando como legitimadora de determinados assuntos nas matérias dos jornais é tirá-la da invisibilidade e dar possibilidade de construir uma representação social que criam “teorias espontâneas” (Jodelet, s/d) e influenciam o MST através da socialização dessas novas práticas determinam novos preceitos criando uma visão consensual e guiam o cotidiano do movimento sem relações de dominação estimulando, assim, a organização delas em busca das suas emancipações.

É perceptível que a construção da representação social das mulheres do MST como militantes ativas e combativas do movimento acontece de forma efetiva nos textos voltados ao

tema de gênero ou onde existem mulheres como fonte de informação. Barbalho (2004) afirma que a mídia tem o poder de existir socialmente o discurso. A partir disso, é possível perceber que entre as mulheres, o discurso da necessidade de novas relações de gênero dentro do movimento está construído, marcadas por textos com linguagem sem exclusão de gênero, reforçando sempre que esse debate deve ser levantado e levado através da larga circulação do *Jornal Sem Terra* a todos os setores dos movimentos, - mesmo que a pauta da matéria não seja relações de gênero. O cuidado com a transitividade do texto delas é interessante, pois usam de artifícios estratégicos como “a classe trabalhadora”, “o povo Sem Terra” como agentes das ações ao invés de “trabalhadores”, que ainda que pelo senso comum às represente, o movimento feminista aponta que é necessária uma revolução linguística com relação à inclusão das mulheres nas práticas discursivas.

Esse trecho exemplifica o que falamos sobre a representação da mulher como atriz política do MST, construindo essa representação como mulheres combativas e articuladas, quando há uma mulher como autora do texto. Em Fevereiro de 2014, “*Mulheres do MST constroem novas relações de gênero*”:

Mulheres do MST constroem novas relações de gênero

KELLI MAURIT
COLETIVO DE MULHERES

DESDE A criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta pela terra: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história.

A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. O conjunto do Movimento foi provocado a se envolver e isso criou as condições para o debate de como pensar novas relações de gênero.

A construção do setor de Gênero e a participação das mulheres no MST

No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representa-

tividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo.

Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990.

A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culminou na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate

de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST.

Várias linhas políticas foram tiradas a partir dessa definição, como por exemplo a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento nas instâncias, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, etc; o debate da

circanda infantil; o debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra de forma conjunta.

Mesmo que várias destas metas sejam ainda um desafio permanente, a construção do setor de gênero possibilitou um novo significado da luta pela terra, onde todos e todas sentem-se sujeitos participantes de um processo de mudança.

A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadorias!

Além da nossa luta cotidiana, temos dois momentos no ano em que organizamos ações de enfrentamento ao capital, por Reforma Agrária e contra toda forma de violência contra as mulheres: é no 8 de Março – Dia Internacional das Mulheres e no dia 25 de novembro – Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher.

Nesse ano não será diferente. É por isso que já estamos cantando nas nossas assembleias e ecoando esse grito no nosso VI Congresso: “Pode ter copa e eleição, as mulheres em luta seguirão!”



Mulheres do MST em luta: “Sem Feminismo, não há socialismo!”

Figura 4: Jornal Fev/2014

Trecho: O conjunto do Movimento foi **provocado** a se envolver e isso criou as condições para o debate de como pensar em novas relações de gênero (JST, Fev/2014, p. 6) [grifo meu]

O verbo grifado demonstra a dimensão ideacional do discurso, onde as agentes são as mulheres com o objetivo de desafiar todo o movimento, essa construção linguística denomina-se processo de evento, onde a construção textual usa da estratégia de colocar as mulheres como agentes ativas de um desenvolvimento ideológico necessário a elas e “o

conjunto do Movimento” é quem sofre a ação. Nesse sentido, Fairclough diz que essas escolhas discursivas possuem “significação cultural, política ou ideológica” (Fairclough, 2001, p 224). Com relação à significação do termo grifado, cria-se aqui a partir da teoria de Fairclough um significado potencial, que é “a gama de significados convencionalmente associados com a palavra” (Fairclough, 2001, p 230): desafiar, causar, produzir e incitar, segundo dicionário Aurélio. Porém ao examinarmos os contextos das práticas sociais do discurso, em que a mulher do campo não possui autonomia de produzir livremente conforme a ordem econômica que beneficia o agronegócio e que, segundo Eagles (1986 apud Boni, 2012) traz a propriedade privada que origina o patriarcado, concluímos que a palavra que harmoniza melhor é a “desafiar” diante da passividade do MST e pela interdiscursividade presente na carga cultural da autora que é do Coletivo de Mulheres.

Ao optar pelo uso da palavra “provocado”, a autora do texto constrói uma representação de um coletivo de mulheres do movimento organizadas e combativas, pois, através de articulação delas trouxe o desafio a todas as instancias do MST a se envolver com as questões de gênero, que durante muito tempo ficou restritos as debates entre mulheres, até elas perceberem a necessidade de levar a questão aos homens do movimento em todas as instancias. Segundo Fairclough (2001)

Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual o significado das palavras e a lexicalização dos significados são questões que são variáveis sociáveis e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230)

Estes textos, voltados às questões feministas possuem essa característica muito forte da construção da identidade das mulheres do MST, pois as fortalecem e estimulam a participação em todos os processos que envolvem a organização e articulação política. E a comunicação, como já falamos, é um campo de negociação da internalização dos símbolos que constroem as identidades que influenciam de forma mútua as representações sociais. O uso de palavras como “enfrentar”, “combater”, “contra” (o capital e o machismo) denotam o posicionamento ideológico e altivo, ou seja, existe a construção da representação de mulheres organizadas que lutam contra o machismo e contra o capitalismo e que não é apaziguadora ou de forma negociada, mas sim, revolucionárias, porém essa construção é feita por elas para elas como confirma o editor-chefe do jornal “Talvez temas que trabalhassem a questão da educação, normalmente eram mulheres, ou relacionadas à questão de gênero, claro.”

Nos textos produzidos por homens ou que não pautem as relações de gênero, as mulheres são colocadas no movimento de outra forma, como veremos a seguir. A

intertextualidade se manifesta com palavras de ordens das mobilizações e marchas como “A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadorias” ou “Sem feminismo não é socialismo”, é acentuada emotivamente usando-a como subtítulo da matéria e reafirmada no final do texto “ecoando esse grito”.

A escolha dessa estruturação do texto altera os domínios públicos e privados, segundo Fairclough (ano), e nesse sentido leva as palavras de ordem cantadas nas ruas para o espaço privado de quem lê o jornal e dissemina questões ideológicas latentes do movimento de mulheres do/no MST, traduzindo motivação individual e coletiva. O uso da primeira pessoa do plural nos textos voltados às questões de gênero, na entrevista e em citações de fala de mulheres, constroem o *ethos* do discurso delas, uma identidade de quem não fala por uma pessoa, mas por um coletivo, como veremos no trecho exemplificativo logo adiante. Isso se dá por uma carga de experiência e ideologias dessas mulheres vinda das experiências de movimento social que propõem uma grande mudança estrutural com uma proposta nova de sociedade com base no socialismo.

Trecho: Nesse ano não será diferente. É por isso que **já estamos** cantando nas **nossas** assembleias e ecoando esse grito no VI do Congresso. (JST, Fev/2014, p. 6)
[grifos meu]

As escolhas discursivas e linguísticas aqui estimulam um processo cognitivo em que as representações, no que tange ao sentimento de pertença ao um grupo que, no caso, são as mulheres, influenciam as identidades criando uma realidade comum e um suporte para que elas identifiquem naquela representação (Deere, ANO). Ainda, segundo Deere, se identificando como diferentes dos homens em suas experiências e nas intensidades de suas experiências, nos seus valores como feministas e na posição social que ocupam como militantes anti-capitalistas e feministas, erigissem suas identidades e conseqüentemente as representações, para mostrar coerência na luta que levam consigo. Nesse ponto vemos que esse enrijecimento reflete nos discursos midiáticos do Jornal Sem Terra dos textos feitos por mulheres ou que há algum espaço de voz para elas.

Na análise é possível averiguar que o uso dos termos “famílias” é bastante recorrente nas matérias analisadas. Porém, a mulher é pouco usada como fonte de informação, o que demarca falhas nas práticas discursiva com relação a representatividade da mulher, que como já falamos anteriormente, por se tornar importante pra construções de identidades e de novas relações sociais. Nesse sentido o que se contesta aqui é a construção do *ethos*, ou seja, da identidade e dos significados que damos a essas questões subjetivas. Na análise textual o *ethos* é

[...] parte de um processo mais amplo de ‘modelagem’ em que o lugar e o tempo de uma interação e seus conjunto de participantes, bem como o ethos dos participantes são constituídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 207)

Sendo o ethos esse conjunto de diversas características, que não apenas textuais da construção do “eu”, mas também subjetiva, entende-se que a questão problemática não é apenas o uso frequente do termo “família”, é o uso desse termo juntamente com falta da visibilidade das mulheres como produtoras, assentadas ou acampadas. Barbalho (2004) afirma que buscar espaço na mídia, é uma luta política de possuir uma “voz audível”. Sendo assim, a intersecção desses dois fatores, texto e a ordem discursiva, em um ambiente historicamente marcado pela hierarquia de gênero, como é o campo, onde o homem é a figura de dominação hegemônica (prática social) que durante muito tempo foi o único ligado ator que se ligara a posse de terra como vimos no primeiro capítulo com relação ao colonato, causa problemas de representação midiática. Pois a maneira com que se constroem essa representação, que se faz opções discursivas que vão afetas as identidades que “são um aspecto fundamental do modo de como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas” (FAIRCLOUGH, 2001, p 209).

Além disso, leva a universalização do discurso, tão combatido pelos movimentos sociais em especial, o feminismo difuso, da diferença. É assim que o discurso hegemônico, onde se dissolvem as diferenças, opera o sistema capitalista combatido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, questões já trazidas nos primeiros capítulos. Quando se fala em “famílias” e não há equilíbrio com relação a trazer mulheres como fonte de informação, estamos embutindo a mulher ao conceito institucionalizado de “família” que propicia todo um processo de desvalorização e não reconhecimento das atividades trabalhistas das mulheres nesse âmbito e, enfim, se constrói as representações distorcidas das mulheres, conforme a teoria de Moscovici (1972 in Jodelet s/d), onde se acentua umas características e minimizam-se outras. Nesse caso o que está sendo minimizado é o trabalho produtivo da mulher, que conforme já vimos, é tido como secundário nas atividades do campo, o que se acentua é um papel social de “mãe” ou “dona do lar”. Além disso, dentro do conceito de “família” onde não se reafirma as novas relações propostas pelas mulheres, acabam por reforçar discursivamente uma representação social demarcada por antigos paradigmas envoltos á papéis sociais e sentidos comuns da mulher-mãe, a mulher-doméstica e não a mulher-militante, mulher-líder, mulher-produtora.

Buscando um resgate histórico já feito anteriormente, sobre as relações de poder existentes dentro da família e a dificuldade da mulher do campo de se libertar dessas opressões, quando se repete o termo família, reafirmam-se essas relações antigas. Tais relações que disciplinam os comportamentos, sentimentos e atitudes, que afastam as mulheres dos espaços públicos e de exercer poder.

As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis (BERGER e LUCKMANN, 2006, p. 77)

O espaço de voz dado ao homem agricultor é o que majoritariamente está em evidência, confirmado pelo próprio editor. Por exemplo, na matéria feita para a edição de Dezembro/2014, “MST vende feijão da Reforma Agrária para as escolas de São Paulo” a foto ilustrativa da matéria é composta por sete homens e a fonte de informação é uma figura masculina.

ESTADO Serão comercializados 520 toneladas, além de 1 milhão de toneladas de arroz orgânico

MST vende feijão da Reforma Agrária para as escolas de São Paulo

Por JOSÉ COUTINHO JUNIOR E
MAURA SILVA
SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MST



Em outubro, a prefeitura de São Paulo fechou um acordo com duas cooperativas do MST para a compra de 520 toneladas de feijão pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

De acordo com Sebastião Aranha, militante do MST, o acordo beneficia tanto a agricultura familiar como a cidade de São Paulo.

“Temos condições de atender 100% da alimentação escolar da cidade.



Famílias de Andradina foram as primeiras a conquistar agroindústria em SP

É o nosso objetivo, pois quem produz alimentos saudáveis é a agricultura familiar, e muitos desses alimentos acabam sendo vendidos para a prefeitura por atravessadores”.

A prefeitura também vai adquirir um milhão de toneladas de arroz orgânico, produzido por 850 famílias assentadas do Rio Grande do Sul, e há negociações para a

compra de banana do Vale do Ribeira e hortifrutigranjeiros do Cinturão verde do estado.

Agroindústria

As famílias assentadas e acampadas da região de Andradina (SP) serão as pioneiras da primeira agroindústria financiada pelo Programa Terra Forte no estado de São Paulo.

A cerimônia de assinatura do projeto aconteceu no mês de setembro, no Assentamento Timboré. A Coapar receberá cerca de R\$ 12,8 milhões para investir na construção da agroindústria. A região de Andradina comporta 46 assentamentos e mais de 4.500 famílias.

Figura 5 – Dez/2014

Outro exemplo, da mesma edição do jornal, é na matéria intitulada “Após 11 anos, assentados conquistam crédito para construir suas casas” [grifo meu]

Trecho: [...] cerca de 800 famílias reivindicam seus direitos de plantar e de colher (Dez/2014)

Trecho: [...] para gerar renda às famílias e diversificar a produção”, (Dez/2014)

O MST, por propor uma luta coletiva e uma forma de produção cooperativa, coloca a “família” como organismo importante e relevante na luta, porém, nas matérias do Jornal Sem

Terra trazem apenas a figura masculina como produtor efetivo e realizador das atividades, onde os valores são pagos “aos **produtores**”. Nessa mesma matéria há o depoimento de dois homens para falar sobre a regulação dos assentamentos, um dos assentados diz:

Trecho: “**Pensamos** que conseguiríamos terra e casa de um dia para o outro. Passaram-se 11 aos, mas nunca desistimos e agora **estou próximo de abrigar minha família**” [grifos meus]

No trecho grifado “pensamos” há uma marcação de modalidade subjetiva, que marca as relações interpessoais do indivíduo e implica em relações de poder (Fairclough, 2001). A modalidade construída no texto expressa baixo grau de afinidade devido ao uso do termo, onde identificamos um sujeito coletivo na fala conectado ao verbo no futuro do pretérito “conseguiríamos”. Ou seja, ele afirma que uma coletividade de pessoas, onde podemos incluir as mulheres do movimento, consideravam que havia a possibilidade de conseguirem casas para breve. O que salientamos aqui é a transição dessa coletividade quando a frase passa para uma modalidade com uma proposição categórica, onde há comprometimento com o assentado com fala. Nesse momento, o assentado coloca o sujeito na primeira pessoa do singular marcado pelo verbo “estou” ao se aproximar do objetivo, responsabilizando-o por conseguir abrigar a sua família, omitindo trabalho de outros integrantes, como o da mulher, gerando um problema de representação em âmbito discursivo e colocando a mulher como passiva na luta por abrigo. A modalidade e suas transformações são “o ponto de intersecção do discurso, entre significação da realidade e a representação das relações sociais” (Fairclough, 2001, p. 201).

Além disso, o uso pronome possessivo “minha” como o próprio nome diz, dá ideia de posse da família demonstrando a crise que se dá é com relação à falta de visibilidade e representação midiática da mulher e reflete na dificuldade de criar uma identidade dela como militante, principalmente quando não ocupa alto cargo de articulação política no movimento, ou seja, quando ela é assentada, acampada ou produtora, sendo englobada no discurso pela instituição familiar. A forte ligação da militância com a família não é uma problemática, até porque o movimento pauta novas relações familiares, a questão está em torno de atrelá-la sempre as atividades das mulheres, trazendo um discurso de senso comum e não dando visibilidade política e social a ela. A problemática da representação aqui se cria no conceito de Barbalho (2004) de “refluxo” que as repetições de ideias vão sendo apropriadas pelos indivíduos, repetidas e construindo uma memória coletiva. O termo “família” já passou por esse processo de memória coletiva forte e tradicional acaba se sobrepondo a repetição das “novas relações de gênero” das mulheres, a primeira dominando a segunda, o que gera a

anulação das diferenças. A representação midiática, nesse caso, não cumpre seu papel contra hegemônico proposto pelos preceitos do MST, pois é necessário que exista uma dialética do discurso com as especificidades da mulher, pois a legitimidade dela como atriz política ativa necessita perpassar pela legitimidade discursiva para que ele se enxergue como tal nos discursos midiáticos e dessa forma atinge a mesma memória coletiva falada anteriormente “o pensamento constituinte apoia-se no pensamento constituído para incluir a novidade nos quadros antigos” (JODELET, s/d, p 18). Segundo Berger e Luckmann esse processo se explica como a resposta de espelho.

[...] “aquilo que sou” não é acessível assim. Pra torna-lo acessível é preciso que eu pare, detenha a contínua espontaneidade de minha experiência e deliberadamente volte a minha atenção sobre mim mesmo. Ainda mais, esta reflexão sobre mim mesmo é tipicamente ocasionada pela atitude em relação a mim mesmo que o outro manifesta. É tipicamente uma resposta “de espelho” às atitudes dos outros (BERGER , LUCKMANN, 2006, p. 47)

Outro exemplo vem na matéria “Voem, Queridas!”, em homenagem a duas militantes do movimento que faleceram no ano de 2014. O autor do texto estrutura a oração em torno de duas características da militante: o fato de ter sido dirigente de um setor do movimento e o fato de ter sido mãe de cinco filhos em um único período. A questão das atividades das mulheres serem atreladas a família já foi citado anteriormente como problemático, pois reafirma de forma subjetiva valores construídos historicamente sobre a divisão sexual do trabalho e o valor dessas atividades (trato de animais pequenos, cuidado com o pomar e a horta, cuidado com filhos e idosos), num sistema que se o trabalho não produz e pode ser comercializado para gerar lucro, é considerado trabalho secundário, logo, não garante a ela vínculos trabalhistas e dificulta o seu processo de emancipação. Além disso, já citamos nos capítulos anteriores que, do tradicional destino das rendas familiares das famílias do campo, onde as mulheres investem na manutenção do lar, enquanto o homem às atividades de lazer. Por tanto, é necessário que a representação da mulher no Jornal se dê da forma que a desvincule desse molde social:

Trecho: Foi dirigente do setor de Frente de Massas do MST em São Paulo e teve cinco filhos. (Julho/Agosto, 2014)

Ainda assim, essa matéria tem uma importância mais significativa na análise de representação social, pois é um espaço dado para exaltar a significância das atividades de duas militantes. Representam dois ícones de referência, de firmeza e altivez na luta, muito importante na construção das experiências de quem consome o texto, principalmente as

mulheres, pela questão da identidade coletiva que se reforça nele. Mas essas questões subjetivas ligadas a estratégias discursivas devem ser ressaltadas, pois são relevantes em na análise. Além disso, é uma das únicas duas vezes em todos os jornais analisados que usa o termo “feminismo”. Assim como é importante que se representem as mulheres nas mídias, que elas estejam presentes como fonte de informação, como produtoras de matérias, inclusive nos discursos, o feminismo também deve estar presente. A escolha dos vocabulários também demonstra posições ideológicas e contesta a apropriação dessa filosofia política para si. O uso do termo feminista garante uma luta: emancipação das mulheres. Colocado como “movimento de mulheres” ou “organização de mulheres” abre uma gama de significados potenciais instáveis que nem sempre harmonizam com o significado de “feminismo”, afinal, movimento de mulheres pode nem ser voltado a movimentos sociais, ou pode não caracterizar a luta contra um sistema patriarcal como reivindicam as mulheres do MST, criam ambiguidade e ambivalência a escolha dos termos usado e, de fato, uma contradição ele ser usado tão pouco num jornal explicitamente anticapitalista e de um movimento social historicamente consolidado.

Na Matéria de Fevereiro de 2014, “*Assentamentos de Reforma Agrária enfrentam desafios*”, onde pontua questões que tangem a dificuldades internas ao movimento, evidencia a discrepância do nível de debate, recorrente em outras matérias produzidas por homens, quando resumem em um parágrafo as questões culturais que precisam ser repensadas. Ele discorre a fundo sobre assentamentos, organização, produção, agroindústrias, projetos. Ao voltarmos nossos olhos a quem está produzindo: um homem do Setor de Produção o que denota uma interdiscursividade diferenciada e a necessidade de alcançar outro nível de debate com relação à representação da mulher no campo midiático para mudar estruturas sociais e tipificações.

Trecho: Nesse sentido [objetivas a qualidade de vida dos assentados], deve-se considerar a igualdade de gênero e maior envolvimento da juventude para além dos aspectos culturais.

A modalidade construída aqui se dá através do verbo auxiliar modal “dever”, que implica em uma obrigação moral que expressa alto grau de afinidade com a proposição. Porém nem sempre demonstrar alto grau de afinidade confere com o comprometimento do autor com a proposição. Tendo a modalidade uma função interpessoal interseccionada com a ideacional, segundo Fairclough (2001), o uso da modalidade aqui expressa solidariedade e não exatamente comprometimento, nesse caso há poder no discurso do falante, mas não fomenta as relações sociais que devem ser debatidas, visto que é um desafio para as mulheres

do movimento que vivem nos assentamentos da Reforma Agrária como já expresso em matérias e artigos trazidos para esse trabalho. O texto inteiro disserta sobre questões de articulação, organização, agroindústrias e todo o processo de produção da Reforma Agrária, mas as questões que tangem a qualidade de vida do povo Sem Terra se resumem a esse trecho transcrito. É desta forma que se identifica o que o editor-chefe diz, sobre o processo do debate das relações de gênero ser suas contradições e isso se reflete nos produtos midiáticos do Jornal Sem Terra.

Então, a modalidade denuncia que há o debate e articulação das mulheres que pode ser percebido nesse trecho e em outras matérias quando usam de artifícios para não fazer exclusão de gênero (e isto não é uma regra, pois em muitos textos essa estratégia inclusiva é deixada de lado). Há o conhecimento dos homens do movimento que esse debate deve ser articulado, porém há contradições e com isso as representações das mulheres no Jornal Sem Terra se torna distorcida pois sempre se prioriza os debates e confrontos contra o agronegócio e a luta de classe, quando as bandeiras como a do feminismo estão tentando se unir.

Além de ser evidente os processos de refluxos, onde as representação das mulheres e das propostas de novas relações de gênero são encoberta por esse debate do agronegócio e luta de classe. Porém Baraballo (2004) diz que os refluxos são características do capitalismo na sociedade contemporânea construídos pela mídia. Então, para acabar com essa contradição, os homens do MST deveria ir ao sentido oposto, para além de ter conhecimento do debate das novas relações de gênero que se quer construir, compreender e internalizar essas questões com base no que é explicitado pelas mulheres do movimentos. E nesse sentido, criar uma representação “afluxa”, onde, ao invés de sobrepor as tendências, mas junta-las e criar uma novas, diferentes e múltiplas formas de ser e viver. No que tange as mulheres, o afluxo seria a não sobreposição do estereótipo da mulher disseminado pelos meios de comunicação hegemônica, não coloca-las aprisionadas a instituição familiar e representa-las de como que crie esse vínculo com o MST e com as mulheres militantes do movimento.

Em outra matéria da edição de Abril/2014, com o título “*Mulheres Sem Terra abrem jornada de lutas de 2014*”, há linguagem inclusiva, interdiscursividade com questões feministas da pessoa que escreve o texto, onde denunciam a violência contra mulher, o avanço do neoliberalismo e os retrocessos das conquistas no campo. Porém traz entre as fotos das militantes em mobilizações, a foto de uma mulheres com uma mão segurando o carrinho e com a outra segurando uma criança pequena junto ao corpo, reforçando a ideia da família citada anteriormente.

Mulheres Sem Terra abrem jornada de lutas de 2014



REUTERS

As mulheres do MST foram responsáveis por abrirem as jornadas de lutas do Movimento este ano. Durante todo mês de março milhares de mulheres Sem Terra realizaram mobilizações em 12 estados do país, em torno da Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra. Neste ano, a jornada que relembra o dia 8 de março trouxe o lema “Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela Reforma Agrária Popular”.

Além da violência contra as mulheres, as lutas também denunciaram o capital estrangeiro na agricultura e chamaram a atenção da sociedade para o modelo destrutivo do agronegócio. Além disso, a Jornada denunciou o retrocesso das conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em especial a Reforma Agrária.

As mobilizações se basearam em marchas, acampamentos, ocupações de terra e órgãos públicos, trancamento de rodovias e abertura de cancelas de pedágios, debates, seminários e atividades culturais.

Figura 6 – Abril/2014

O que reforça uma representação midiática da mulher multitarefa, das duplas ou triplas jornadas de trabalho que pode ser consequência das reais condições dessas mulheres agricultoras que não conseguem se emancipar. Como sabemos, os acampamentos retrocedem a atitudes machistas após o processo combativo. Essa invisibilidade da mulher, que se torna passiva no conceito com resgate histórico de “família” nas matérias do Jornal do MST que reafirma discursivamente essas práticas que precisam ser alteradas. Ainda, como contra ponto, exista a escolha de palavras que as coloquem com maior responsabilidade na luta como

Trecho: As mulheres do MST foram **responsáveis** por abrirem as jornadas de luta do Movimento este ano.(Abril, 2014)

O uso de “responsáveis”, assim como “denunciaram” no texto são palavras que denotam a importância e o posicionamento ideológico das mulheres na luta contra machismo e o agronegócio. E ainda reforçam a identidade coletiva das mulheres trazendo usando a intertextualidade, com o lema das marchas “Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela Reforma Agrária”, que posiciona as mulheres de forma que, ainda que ideologicamente, não prioriza nenhuma de suas lutas, afirmando que elas são interligadas, como já falamos anteriormente, onde uma luta perpassa a outra. “Reconhece-se que houve avanços, dentre os

quais está a conscientização de que se trata de um problema de caráter político e que é necessário estabelecer a relação entre gênero e luta de classes” (GONÇALVES, 2009, p. 205)

O feminismo é, para além de um movimento social, uma filosofia de vida. A representação social é construída nessa matéria e em todas que possui uma mulher como voz ativa reforça que, ainda que atentas às atitudes machistas dos companheiros, elas estão ativas na luta contra a reforma agrária. Dessa forma podemos entender que as bandeiras (feminismo e reforma agrária popular) não podem ser desassociadas, pois se entrelaçam em uma perspectiva de emancipação da mulher.

Frisando a importância da representação social e midiática, percebe-se durante a análise a importância de dar espaço às mulheres do movimento aos discursos do Jornal Sem Terra. Quando ele é de fato dado, carregam a interdiscursividade “relativamente inovadora” (Fairclough, 2001) contra hegemônica em suas falas em dois sentidos: contra o sistema capitalista e contra o sistema patriarcal, lutas que carregam as militantes do MST, como já dito. Além da modalidade construída através de frases categóricas afirmativas do que é o Movimento, da articulação para a Reforma Agrária e a importância da luta do movimento denotando comprometimento e afinidade com as proposições, construindo através da visibilidade nos poucos espaços que lhe são dados, uma representação social marcada por conhecimento, a exemplo de: “A cultura organizativa criada no MST é um legado dos nossos 30 anos” (Abril/2014, p.4); “Ocupar, resistir e produzir **sempre serão** a nossa luta” (Abril/2014, p.)

Ou seja, elas possuem as vivências e uma construção social diferente da do homem, devido a esse duplo acúmulo das experiências referentes à suas posições como mulheres e como Sem Terra. Nesse sentido, percebe-se na fala delas a lucidez da importância de estarem ali num espaço de fala e, além disso, de marcarem com discurso de igualdade, como é o caso da entrevista com a coordenadora nacional do MST na matéria de Abril/2014 “*As lições extraídas da nossa história nos ajudam a acertar o passo da grande marcha*”, entrevista feita por um homem a que possui o controle dos tópicos, introduzindo novos por meio das perguntas inicialmente abertas marcadas por “como você avalia” “como você vê” e depois com perguntas fechadas, por exemplo, “Qual o impacto que as lutas organizaram tiveram?”. O controle interacional se dá como se já houvesse um roteiro pré-estabelecido, onde o entrevistador aceita implicitamente as respostas trazendo outros tópicos sem ligação com o anterior, logo é ele que controla firmemente os tópicos do texto. O entrevistador não recebe novamente o controle dos tópicos, inicia outro quando a entrevistada termina seu turno. Ambos se encontram em terreno conhecido, pois ambos apresentam uma modalidade com alto

grau de afinidade. Uma das estratégias de discurso usada pela coordenadora nacional é a polidez implícita com relação a discurso feminista. Sugere com os termos “recriar as formas de luta” e “ressignificando bandeiras” que o movimento necessita de mudanças internas, aproximando as pautas das minorias como pauta do movimento sem hierarquização delas, em busca de novas relações sociais internas ao movimento. Embora o controle dos tópicos seja do homem, ela insere em seus discursos essa questão dando a eles a importância julgada por ela, dando visibilidade as mulheres e as lutas.

Trecho: Fazer um balanço do Congresso passa pelo olhar entrelaçado das mulheres, homens, crianças, jovens e idosos envolvidos nos 30 anos de existência do MST. (Abril, 2014)

Trecho: E as mulheres, com 50% de participação entre as delegações [no Congresso]. (Abril, 2014)

Trecho: No entanto as mudanças prescindem de uma prática que, por um lado, demonstre o que queremos construir, e por outro, tencionem por bandeiras de luta que não são possíveis nos marcos do capital, mas necessárias para o povo Sem Terra e para a sociedade. (Abril, 2014)

Trecho: [...] uma Reforma Agrária Popular depende de mudanças estruturais. (Abril, 2014)

A estratégia discursiva deste último trecho traz um potencial de transformação social quando se analisa que é um Jornal que circula dentro do movimento para conversar com suas bases, acampados(as) assentados(as), contendo um espaço onde a mulher fala de questões voltadas ao Movimento e usufrui dele pra reforçar a luta feminista, a visibilidade e representatividade das mulheres através da líder feminina. Ela propõe, a partir de estratégias discursivas, mudanças estruturais para o MST. Sendo a linguagem uma prática social e ela sendo construída de forma contra hegemônica dentro de uma hegemonia de discursos do movimento, ela constrange a vida social e fomenta transformações estruturais. No último trecho ela usa do termo “depende” subordinando Reforma Agrária Popular almejada à construção de novas formas de práticas sociais. Estrutura essa sua última ideia usando da relação de dependência dessa conquista com “mudanças estruturais”, que atinge diretamente os militantes do movimento.

Trecho: E nesse processo reafirmamos a histórica lição: só se negocia com o povo na rua. (Abril, 2014)

Mais uma vez a interdiscursividade histórica e o uso do advérbio de frequência “só”, que segundo Fairclough (2001) reforçam a ideia de autoridade nas afirmações constroem um discurso de alto conhecimento da animadora do discurso. Essa estratégia discursiva demonstra um *ethos* de empoderamento da mulher no campo político, assim como outras demarcações durante o texto. Essa representação e identidade construídas socialmente

colaboram, como vimos anteriormente, para a construção de novas práticas sociais quando outras mulheres do movimento possuem a experiência do consumo desse texto e irão se identificar com o discurso da militante.

Entendendo que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra possui um discurso de esquerda, com uma bagagem cultural de lutas e experiência, é perceptível a tentativa de mudança linguística para a construção de novas relações sociais. Ainda sim, seis matérias analisadas possuem linguagem inclusiva, usando da estratégia “trabalhador e trabalhadora”, “agricultor e agricultora”, “trabalhadores(as)” e três usam de termos que não demarquem um gênero apenas. Esse fato evidencia que existe articulação de mulheres dentro do movimento que pautam a importância discursiva de incluí-las nos discursos para dar visibilidade e representatividade a elas. Ou seja, entendendo o que Fairclough (2001) diz sobre a importância da linguagem num processo de transformação social, os movimentos sociais colocam prática parcialmente essas transformações discursivas, para que atinja a estrutura social. Na matéria de Dezembro de 2014 “*Alagoas mostra á sociedade os frutos da Reforma Agrária*” produzida por dois militantes do setor de comunicação é um exemplo de matéria que traz a inclusão de gênero e para, além disso, traz a foto da matéria uma mulher do MST distribuindo os legumes da reforma agrária. Esta matéria é o exemplo da representação efetiva da mulher do MST, que por estar com atraso nos espaços políticos e legitimada como produtora rurais, se faz importante esse tipo de representação que dialogue com os militantes e a com própria mulher, a fim de construir uma identidade a partir das experiências de outras mulheres do movimento.

Durante as análises percebemos que as mulheres possuem consciência da importância de colocar os discursos feministas em pauta com o espaço é dado a elas, porém isso esse espaço não é dado com frequência. Quando elas estão com o poder discursivo, elas mesmas conseguem conceber a mulher politizada e combativa que está dentro do movimento, possuem conhecimento sobre articulação e denunciam a violência contra elas mesmas. Isso se dá justamente pelas próprias experiências e nesse sentido que se releva a importância dos espaços serem concedidos/reivindicados por elas. Os homens das matérias demonstram falta de afinidade com as questões de gênero, o coloca o discurso da parte deles de forma despolitizada. Enquanto elas se representam como sujeitas políticas ativas no movimento, os homens produtores de discursos se restringem a inclusão de gênero – e ainda não são todos. Analisamos que há essa diferença discursiva do homem e da mulher quando autores(as) dos textos. A mulher, nas representações construídas por autores masculinos, fica a margem da imagem do homem como produtora e militante, onde quem tem maior espaço de fala são os

assentados, os militantes, os coordenadores. Sendo o MST um movimento social, que são ícones de transformações na sociedade e a linguagem, como afirma Fairclough, outra estrutura de mudança, é necessário que ambas dialoguem a ponto de efetivamente construírem a representação da mulher militante do MST objetivando emancipá-las e fortalecer o movimento para, assim, ter mais atores e atrizes políticos(as) ativos(as).

As representações sociais moldam as práticas dos indivíduos, pois constroem papéis sociais e identidades (Grohmann, 2014). Ao se entender que a representação é um processo que interfere na subjetividade do indivíduo e em toda a sua forma de se relacionar socialmente, devemos compreender que devem ser carregadas da responsabilidade dos reconhecimentos de si e da consciência de seus direitos. (Touraine, 2009). Então, como a própria formação da identidade de “ser mulher” é construída socialmente, assim como as identidades como militantes trabalhadoras e a própria realidade social que vivem, o Jornal Sem Terra se encarrega de fazer o fluxo simbólico onde estas identidades são representadas.

Considerações finais

Quando falamos de feminismo, não estamos falando dele apenas como um movimento social, pois além dele propulsionar transformações sociais na sociedade como todos os movimentos, ele traz mudanças profundas nas mulheres nas relações delas com outras mulheres, na relação consigo mesma, com seu corpo, com seus valores, relações amorosas e com os próprios sentimentos. Quando me proponho aqui a falar sobre mulheres que militam num movimento social de tamanho poder articulatório, volumoso e combativo como é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, encontro os mesmo problemas encontrados nos espaços e movimentos sociais locais de minha vivência. Falta de visibilidade e espaço, debate de gênero despolitizado ou limitado a mulheres (que pode ter diversos motivos, mas principalmente a falta de interesse dos homens de nos ouvir), priorização de pautas e lutas. Enfim, uma gama de problemas estruturais dos setores de esquerda que evidenciamos nas próprias vivências e, no caso do Jornal, com uma leitura crítica.

Acreditando na comunicação social com um instrumento de poder muito forte, com capacidade de realizar mudanças profundas na sociedade, da mesma forma que mantém sólidas estruturas questionáveis de valores, estereótipos e relações de dominação, a proposta dessa monografia é evidenciar esse poder. O que determina a que intuito será usado esse instrumento são os grupos que manuseiam ele e seus interesses. Segundo o Editor-chefe do

Jornal Sem Terra, a proposta dele é ser um meio de comunicação popular que dialogue com suas bases, assentamentos e acampamentos. Dessa forma, ele circula por todo o Brasil como uma das plataformas de comunicação mais tradicionais do MST, que infelizmente esse ano não foi possível produzi-lo por questões financeiras. Pois bem, por ser uma mídia de viés popular, os textos são trabalhados para não serem complexos, por mais que o assunto seja. As pautas são bastante voltadas á questões políticas e, nesse sentido que me instigou problematizar a representações das mulheres nesses espaços. Pois é muito comum nos movimentos sociais que as mulheres sejam chamadas para debater gênero, porém, para todas as outras questões a serem debatidas: agronegócio, articulação do movimento, mobilizações, marchas são chamados homens para debater, na posição do possuidor do conhecimento.

Pela análise crítica de discurso feito no Jornal Sem Terra do ano de 2014, interseccionada com todos os estudos sobre feminismo, representação social, movimentos sociais e os debates com relação à terra, unindo com o questionário aplicado com o editor-chefe do Jornal Sem Terra, podemos concluir uma série de problematizações e questões a serem relativizadas. Outra questão importante a ser colocada é sobre as questões de vivência com o movimento. Uma das técnicas de pesquisa pensadas para o trabalho era um diário de campo, porém, por motivos maiores não consegui aplicar este para observar de fato como se estabelecem as relações de dominação entre homens e mulheres em assentamentos.

Primeiramente é necessário lembrar mais uma vez que as mulheres que militam dentro do MST possuem duas lutas centrais muito grandes que englobam tantas outras: reivindicam as formas de produção capitalistas que as tornam excluídas socialmente por serem trabalhadoras sem terra; e a luta contra o machismo, que é um problema sistêmico e estrutural, que tem vestígios em todos os ambientes, conservadores ou libertários. Por esse motivo, acredito que a separação das pautas não é o caminho. As mulheres não vão se tornar emancipadas e autônomas da forma que queremos num sistema libertário se deixar o debate de gênero esmaecer diante, por exemplo, da luta de classe ou por julgarmos de prioridade. Todos têm que avançar juntos e juntas.

O trabalho me mostrou que o MST possui esse debate e grandes avanços diante da luta e mobilizações das mulheres. As conquistas por conseguir as titulações de terra são prova disso. Mas elas ainda estão sendo representadas pelos homens do espaço, elas ainda ficam na sombra do “produtor”, do “assentado” ou do “trabalhador”. É importante lembrarmos que existem produtoras, assentadas e trabalhadoras. E estas não possuem as mesmas demandas que possuem os trabalhadores, mas isso não significa que elas não possuem capacidade o suficiente para estar em pé de igualdade nas disputas políticas. Afinal, parto do principio de

que com o coletivo se consegue mais. Mas o coletivo tem que estar fortalecido, se as mulheres se sentem dominadas pelos homens, se ainda estão presas ao espaço doméstico e privado, não há como haver conquistas revolucionárias como propõem os movimentos sociais. “Construir novas relações” é o que a Coordenadora Nacional do MST afirma com relação ao debate das diversidades. A comunicação tem uma relação íntima com “construir novas relações”, pois é por meio dela que podemos desconstruir as velhas, criar novos símbolos, novas experiências, novos discursos inclusivos, trazer informações, evidenciar o que as militantes estão fazendo, fomentar identidades coletivas das mulheres através de um processo de negociação.

Fazer comunicação é fazer política. Entrar num campo em que se disputam espaços e interesses e estar firme de seu posicionamento, afinal, não podemos mais nos iludir com a existência de uma mídia imparcial, isto é uma falácia. O fazer comunicacional não é para ser imparcial, é para se posicionar. A democratização da mídia é importante para que existam muitos posicionamentos, muitas visões ideológicas e que o indivíduo se posicione conforme suas experiências e sua relação com o mundo, tendo todos os aparatos necessários e básicos para isto. Foi dessa forma que me encontrei no curso de Comunicação Social, acreditando que escolher essa profissão não é optar por um caminho fácil, é escolher disputar nos espaços políticos, querer se posicionar e mostrar que me posiciono. Ao encontrar o feminismo, me deparei com uma nova forma de me relacionar com as mulheres, com a sociedade, com minha profissão e comigo mesma. Estudar a representação das mulheres do MST, foi uma forma de conceber todas essas intersecções desenvolvidas durante os anos na Universidade. Dessa forma, colocar-me numa posição a colaborar com o empoderamento de mulheres dentro dos espaços que eu acredito serem legítimos, perceber que estamos ganhando autonomia, que estamos saindo dos dados estatísticos de violência que este ano chegou 2,1 mil casos diários.

Ao analisar as representações das mulheres do MST no Jornal Sem Terra, encontrei resultados muito evidentes: as mulheres ainda estão sendo englobadas numa instituição carregada de um peso histórico de moralidade que é a família, elas continuam invisibilizadas e sem espaços. Porém, ao encontrá-las nas folhas de jornais, foi possível perceber – até de uma forma emocional – a força de vontade de mulheres revolucionárias, que se encontram em situações desprivilegiadas tanto numa ordem econômica como social, de trazer efetivas mudanças e sempre pautar que estão presentes na luta. Lutar contra o capitalismo e o agronegócio, o povo Sem Terra luta, porém as mulheres têm mais obstáculos a enfrentar: os próprios companheiros de luta.

É desta perspectiva de transformação que a comunicação social pode exercer papel fundamental, unindo-se ao potencial inovador de construção de novos saber e transformador

dos movimentos sociais e toda a sua interatividade com a sociedade e seus atores políticos. Articulando esses dois atores políticos, comunicação e movimentos sociais, constroem representações simbólicas, que criam identidades através das suas práticas, ações coletivas e campo discursivo, disseminando sentimento de pertencimento, novos conhecimentos e novas práticas sociais.

Quando se evidencia que existem camadas de sujeitos na sociedade que são invisibilizados, calados e não representados de forma coesa, se percebe consequências manifestadas na ordem cultural. Por não reconhecer e se identificar com o “diferente”, por falta de reflexão antecipada ou por senso comum, aloca-se esses indivíduos de forma isolada e sem participação política, resultando, por exemplo, em periferias violentas, precariedade e lotação das prisões ou na exploração do trabalho doméstico. A ordem cultural, que fundamenta a manutenção de uma ordem econômica e os universos simbólicos, tão intrinsecamente ligados ao manuseio das práticas culturais, serão utilizados em prol dessa manutenção. Os oligopólios de comunicação são grupos corporativos que usam do conhecimento dessas tecnologias e dessa dinâmica descrita, para usufruir-se da ordem econômica (lucro) e moldar práticas sociais ao seu favor – por exemplo, nossa forma de consumir.

Mas onde ficam as camadas de indivíduos que não se encaixam nas representações e papéis sociais criados? Continuam a margem de uma sociedade que não possui estrutura para recebê-los e, por tanto, mantendo-os em um isolamento social com vidas precárias. A expressão “precária” é bastante forte, mas se torna necessária quando evidenciamos que estamos falando em exposição à violências diariamente e de sanar necessidades básicas de um ser humano. Sendo isolados, dificulta a articulação desses indivíduos para buscar espaço e participação política, além de uma estrutura social, através de políticas públicas, por exemplo, voltada aos mesmos.

Referências bibliográficas

BARBALHO, Alexandre. **Minoria, cidadania e mídia**. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, 2002. Salvador: UFBA, 2002

BARBALHO, Alexandre. **Minorias, Biopolítica e Mídia**. In: XXVII – Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação – 2004, Porto Alegre. Anais: XXVII – Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13806/000655317.pdf?sequence=1>

<Acesso em 8 de Outubro de 2015>

BARRICHELLO, Eugenia M. Mariano da Rocha KEGLER, Jaqueline Quincozes da Silva. **As organizações sociais no espaço midiático: os suportes digitais como meios e estratégias de representação organizacional**. Revista Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 20, n. 2, 2007.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção da realidade social: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Ed.26, 2006

BONOMO, Mariana, TRINDADES, Zeidi Araújo, SOUZA, Lídio de, COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos. **Representação Social e Identidade em Grupos de Mulheres Ciganas e Rurais**. PSICOLOGIA, Vol. XXII (1), 2008, Edições Colibri, Lisboa, pp. 153-181.

Boni, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. p. 253. Tese(Doutorado). UFSC, Florianópolis, SC. 2012

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. Cap. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político, pp. 163-202

CALDERÓN, Fernando e JELIN, Elizabeth. **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina perspectivas e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 5, v. 2, out. 1987

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002. Introdução e Cap. 1 – Paraísos comunais: identidades e significados na sociedade em rede, pp. 17-28; Cap. 2 – A outra face da Terra: movimentos sociais contra a nova ordem global, pp. 93-108.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar, 2013. Cap. 6 - Transformação do mundo na sociedade em rede; Cap. 7 - Para além da indignação, a esperança – Vida e morte dos movimentos sociais em rede, pp. 161-182.

DERRE, Carmen Diana. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 112-146

ECOSTEGUY, Ana C. Damboriarena, SIFUENTES, Lírian. **As relações de classe e gênero no contexto de práticas orientadas pela mídia: apontamentos teóricos**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.14, n.2, maio/ago. 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

FERNANDES, Bernardo M. **A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita**. In: SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 191-205, 2013.

GONÇALVES, R. **(Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST**. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewArticle/4514>>. Acesso em: 12/05/2015

GROHMANN, Rafael. **O que o campo da comunicação tem a dizer sobre as classes sociais?**. Intexto, Porto Alegre. V. 31, p. 180-196, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Florianópolis, SC. Revista Política e Sociedade da UFSC. n° 11, Outubro 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. **O conceito de movimentos sociais revisitado** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

MORIGI, Valdir José. **Representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos.** Revista Eletrônica e-compós: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Edição 1, Dezembro de 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa Social representations: explorations in social psychology [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000]).

NETO, Antônio Fausto. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. MATRIZES N° 2, São Paulo, SP, abril 2008

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De colona a boia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.) Histórias das mulheres no Brasil. São Paulo: Unesp/Contexto, 2013. p. 554-577.

SILVEIRA, Ada c. Machado da; RONSINI, Veneza Mayora. **Representação e identidade: três estudos em Comunicação.** Santa Maria: FACOS-FIPE-UFSM, 2001.

SILVEIRA, A. C.; KEGLER, Jaqueline Quincozes da Silva . TICs e relações afetivo-produtivas na agricultura familiar. In: **XIX Encontro de GPs da Intercom**, 2009, Curitiba. Anais do XXXIII Congresso da Intercom. Curitiba: Positivo - Intercom, 2009.

SIMÕES, Paula. **A centralidade da experiência na constituição das representações: contribuições interdisciplinares para o campo da comunicação.** E-Compós, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-17, jan. 2010.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Presidente Prudente, NERA, Série Estudos, n.3. 2000. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1482/1458>
< Acesso em 08/05/2015>

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **Os movimentos sociais.** In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977, pp. 335-362.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos Sociais de Luta pela Terra.** (s/d). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/MOVSOCIAISCGEE-GSI.pdf> <Acesso em: 03 de Agosto>

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969. In: Pavan, Dulcinéia. O caminho feminino para a reforma agrária. Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária Presidente Prudente, NERA, Série Estudos, n.3. 2000

ZIMERMANN, Cirlene Luiza. **Monocultura e Transgenia: Impactos Ambientais e Insegurança Alimentar.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.6 n.12 p.79-100 Julho-Dezembro de 2009